



### Uma mão no volante, outra no mouse

Simuladores de velocidade são reais, que até ajudam pilotos profissionais a treinar para as provas, são a nova moda entre os aficionados.

página 15



### Escatologia, violência e sexo no cinema catarinense

página 11



# ZERO

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVI, NÚMERO 1

## Apenas o HU faz aborto legal em Santa Catarina

O serviço, iniciado em 2006 no Hospital Universitário da UFSC (HU-UFSC), é o único do estado comprometido a realizar o procedimento nos casos previstos em lei: gravidez decorrente de estupro e quando há risco de morte da mãe. Desde sua criação,

o corpo clínico decidiu acolher somente as mulheres da capital. O atendimento faz parte do Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual de Florianópolis. Outros 13 hospitais recebem essas pacientes, mas não oferecem a possibilidade de interromper a

gestação às mulheres que foram violentadas e engravidaram. A implantação do serviço de aborto legal depende da iniciativa de cada hospital e da aceitação dos profissionais envolvidos.

página 14

### Ciência Pólo de pesquisa em neurotecnologia previsto para 2009

Anunciado com a promessa de transformar Florianópolis em centro tecnológico de saúde, o Neurotech Cluster ainda tem muitos detalhes a definir. O objetivo do conglomerado é unir educação, pesquisa e empresas, criando um pólo de desenvolvimento em neurotecnologia. Estão previstos R\$ 1,6 milhão em investimentos iniciais, metade vindos do Governo Federal.

página 7

O consumo de água mineral no mundo cresceu 145% nos últimos dez anos. O que motiva esse crescimento é a imagem de saúde relacionada ao produto. O aumento também implica em um descarte maior de embalagens, o que preocupa os ambientalistas. SC é o oitavo estado que mais consome água engarrafada no país. Em reportagem especial, ZERO investiga o que há por trás da garrafinha.

páginas 8 e 9

ESPECIAL

## O raio-x da água mineral

Cultura

### Financiamento de obras audiovisuais depende de vontade política

Apesar de ser a principal fonte de recursos para a produção audiovisual catarinense, o Prêmio Cinemateca depende da vontade política e da inconstante liberação de verbas.

página 10



O UNIVERSITÁRIO e o xerox



George França, mostrando em literatura, e as fotocópias acumuladas durante a graduação

- O serviço de xerox na UFSC é terceirizado. As empresas passam por processo licitatório. Ganha quem oferecer o maior valor de aluguel. O xerox pode permanecer no ponto por cinco anos.

- O valor máximo fixado pela Universidade para o preço de uma fotocópia PB é R\$ 0,07. As empresas podem oferecer preços mais baixos. É só reclamar.

- Um aluno que gasta R\$ 30 mensais em xerox terá gasto R\$ 1080 ao final de quatro anos de curso.

- Fazer cópia de mais de 10% de um livro é ilegal no Brasil, de acordo com a Lei dos Direitos Autorais.

- Quem mais se preocupa com isso é a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, que diz que em dez anos o número de universitários aumentou 140% e a venda de livros caiu 40%.

- Por isso, eles criaram o site [pastadoprofessor.com.br](http://pastadoprofessor.com.br), onde as editoras disponibilizam obras, professores escolhem e montam uma pasta virtual e os alunos compram com preços 20% mais caros do que o xerox.

- A UFSC estuda a implantação de uma "auto-print", máquina *self-service* que funciona no mesmo esquema. Paga-se com o cartão do Banco do Brasil.

- Uma alternativa gratuita é o site [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), em que o governo federal arquiva obras que já são de domínio público, como as de Machado de Assis, Shakespeare e Fernando Pessoa.

CARTAS

Comentários, críticas e sugestões podem ser enviadas para [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br)

EDITORIAL

Simplicidade chique

Beba água. Médicos, esportistas, a revista Nova e até os ambientalistas sabem que não há líquido melhor para a manutenção e hidratação do organismo. Com a febre de vida saudável que a cada dia nos torna mais preocupados com bem-estar e longevidade, o consumo de água mineral cresceu 145% em todo o planeta, nos últimos dez anos. Um alívio para os serviços de saúde, esse número tornou-se uma preocupação para os ambientalistas, porque também significa o aumento do descarte das embalagens em que a água é envasada.

Depois de um editorial publicado pelo *New York Times* em favor da água da torneira, restaurantes em Nova York, Paris e Tóquio passaram a servir *tap water*. Bistrôs sofisticados foram legitimados pela moda do ambientalismo para servir em jarras qualquer coisa que não fosse Perrier. É mais chique ser a favor do meio ambiente.

O *Times* também fez as contas dos gastos. Um americano comum gastaria U\$ 1,4 mil em água mineral todos os anos, enquanto a água da torneira custaria U\$0,49. Além disso, e talvez de preocupação maior do *establishment*, são gastos, anualmente, 1,5 milhão de barris de petróleo para fazer as embalagens de plástico da água.

Em países como o Brasil, um fator que aumenta a preocupação quanto ao consumo de água tratada são as doenças que ela pode transmitir. Campanhas pela erradicação do

cólera nos intervalos comerciais da TV nos anos 90 empurravam as pessoas a favor da água mineral.

Hoje o cólera está praticamente erradicado. O último caso da doença foi registrado no Mato Grosso, em 2006. Na região Sul, o último surto aconteceu em 1999, com 467 casos registrados. A rigor, não há com que se preocupar quanto a essa doença.

Já beber água da torneira tornou-se um ato político. Se as pessoas confiam na água tratada pelos sistemas públicos, as empresas se tornam responsáveis pela saúde da população. É importante que a água seja bebida sem medo e qualquer diferença detectada informada à companhia responsável.

James Joyce, em seu famoso *Ulisses*, leva 30 páginas para contar o trajeto da água até a torneira de uma casa. O modernismo na literatura é um modo de pensar como são trabalhosos os atos mais cotidianos, como o de, por exemplo, ter água na torneira. O luxo de poder abrir uma torneira em casa é muito maior do que carregar uma garrafinha.

Acontece que a crença nos benefícios da água mineral remonta à Antiguidade, quando se disseminou o costume de beber água de fontes consideradas terapêuticas ou utilizá-la em banhos especiais. Até hoje, busca-se essa saúde que não podemos detectar, mas que nos parece mais confiável e saudável. Para a tristeza dos ambientalistas.

CHARGE



ZERO NO TEMPO

Há 16 anos...



O serviço de aborto legal do HU da UFSC é o assunto da manchete de capa desta edição. Único hospital a realizar o procedimento em SC, atende apenas pacientes de Florianópolis. Em 1992, o ZERO publicou uma reportagem que tratava do tema aborto como um problema de saúde pública no país.

As matérias abordaram diversas questões, como as mortes e internações por procedimentos mal feitos, os métodos caseiros, o preço das clínicas clandestinas e também apontaram os motivos pelos quais as mulheres resolviam interromper a gravidez, como problemas econômicos e falta de educação sexual.

Há 16 anos, em uma pequena nota, o jornal levantou a seguinte questão: quem fará e onde serão realizados os abortos legais no Brasil, já que apesar de permitir, a lei não aponta os locais em que devem ser feitos? Este exemplar mostra que a dúvida persiste.

Sobre o chargista

Lucas Neumann tem 24 anos e cursa a 8ª fase do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lucas também faz histórias em quadrinhos. Quer entrar em contato com ele? Escreva para [lucasjornalismo@hotmail.com](mailto:lucasjornalismo@hotmail.com)

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para o e-mail [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br) Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

\*\*\*\*\* ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO  
Ano XXVI - Nº 1 setembro de 2008  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Fechamento: 22 de setembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade  
Florianópolis - CEP 88040-900  
Tel.: (48)3721-6599/ 3721-9490  
Site: [www.zero.ufsc.br](http://www.zero.ufsc.br)  
E-mail: [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br)

REDAÇÃO Carolina Moura, Cora Dias, Daniela Cucolicchio, Esther da Veiga, Felipe Santana, Fernanda Dutra, Iana Dias, Juliana Sakaé, Laura Daudén, Luisa Frey, Marcio Barcellos, Marina Ferraz, Matheus Joffre, Rafaela Mattevi, Thayse Madella EDIÇÃO Capa e Opinião Felipe Santana Entrevista Marina Bento Política Thiago Bora C&T Carolina Moura Especial Marina Bento Cultura Laura Daudén Educação Bárbara Dal Fabbro Saúde Adriana Seguro Esporte Celso Rondon Filho Contracapa Daniela Cucolicchio FOTOGRAFIA Daniela Cucolicchio, Laura Daudén, Thayse Madella, Thiago Bora EDITORAÇÃO Adriana Seguro, Bárbara Dal Fabbro, Bibiana Beck, Carolina Moura, Celso Rondon Filho, Cora Dias, Daiana Meller, Daniela Cucolicchio, Felipe Santana, Fernanda Dutra, Iana Dias, Italo Mendonça, Juliana Sakaé, Luis Felipe Costa, Luisa Frey, Marcelo Andreguetti, Marina Bento, Marina Ferraz, Matheus Joffre, Paulo Rocha, Risa Stoider, Samuel Carvalho, Sheila Marangoni, Thiago Bora ILUSTRAÇÃO Clovis Geyer INFOGRAFIA Italo Mendonça PROFESSOR-COORDENADOR Tattiana Teixeira DRT-BA 1766 COORDENAÇÃO GRÁFICA Lucio Baggio DRT-SC 01084 JP MONITORIA Isadora Peron, Juliana Gomes Pereira IMPRESSÃO Grafnorite CIRCULAÇÃO Nacional DISTRIBUIÇÃO Gratuita TIRAGEM 5.000 exemplares

\*\*\*\*\* \* \*

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)  
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000  
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994



Christian Caubet

Fotos Thiago Bora

# A água, a escassez e os conflitos

Sentado e com as mãos sobre um mapa-múndi, Christian Caubet fala sobre os problemas e perspectivas relacionados à água no Brasil e no mundo. Ele fez doutorado em Direito pela Université des Sciences Sociales de Toulouse I com a tese *A barragem de Itaipu e o Direito Internacional Fluvial*. Caubet estuda a água há 30 anos e hoje é professor na Unversidade de Brasília. Com ironia aguçada e de forma crítica, ele fala sobre as guerras hídricas que acontecem atualmente em diversos lugares mundo, até as políticas necessárias para Florianópolis evitar a possibilidade de escassez daqui a uma década.

**Z**ERO: Por que estudar o tema da água?

**Christian Caubet:** Alguns dizem que só Freud pra explicar isso. É o tipo de coisa que acontece por coincidência. Comecei a tese de doutorado em 79, durante a ditadura militar. Na época, eu tinha a assinatura do jornal *Opinião*, que fazia parte da imprensa nanica e era muito mal visto pelos milicos, porque fazia crítica. De repente, o jornal parou de chegar. Eles mandam uma carta dizendo: 'a ditadura acabou com nosso jornal'. Para que não perdêssemos o fim da assinatura, eles ofereceram três livros de um catálogo. Dentre eles, havia o livro *Itaipu - Prós e Contras*, de Osny Duarte Pereira, famoso Deputado Federal, jornalista e comunista, que contava os problemas de Itaipu na época, 1978. Aí eu me interessei muito. Em 79, fiz um projeto, que foi financiado pela Fundação Ford, para ir até Assunção [Paraguai], Buenos Aires [Argentina], São Paulo e Brasília para pesquisar. Eu fui e comecei o namoro com as águas.

**E enquanto o seu trabalho era desenvolvido, foi possível perceber os conflitos na relação água e poder?**

Pela navegação sempre houve brigas. Até o início da década de 60, a principal atividade do rio Paraná era a navegação. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, foi um problema por criar um paredão que impedia a navegação nos rios que compõem a Bacia do Prata: Paraná, Paraguai e Uruguai. Na Europa, após Congresso em Viena, em 1815, depois das guerras revolucionárias e napoleônicas, começou-se a eliminar os obstáculos à livre navegação comercial. Em outros casos afora a navegação, quando falta água pra beber, para fazer irrigação ou para garantir alimentação, aí sim temos problemas graves. Porque a primeira garantia é poder beber e, depois, irrigar. Nós não temos esse problema, mas outras regiões do mundo têm. Só que ninguém diz que existe guerra da água. Não se fala disso.

**Por quê?**

Porque é muito mal visto dizer que um país faz guerra para destruir os suprimentos hídricos. A atual guerra do Iraque é a guerra da água. Mas ninguém diz que é. Quando os americanos atacaram, há cinco anos, eles destruíram absolutamente tudo o que existia no país em termos de recursos hídricos. Eles mandaram mísseis, destruíram estações de captação e distribuição de água, dutos, destruíram usinas de redistribuição, abastecimento de hospitais, tudo o que puderam. Tinham feito a mesma coisa com o Vietnã, quando atacaram os diques para expulsar a população. Há guerra da água em tudo quanto é lugar. Na Bolívia tem guerra da água neste momento. Tem gente que não sabe mais o que fazer pra ter o mínimo de água aos pés dos Andes, onde a água deveria estar garantida pelo derretimento do gelo. E eles não têm água. Por quê? Porque as mineradoras internacionais usam toda a água possível e deixam uma

água tão contaminada que é incompatível com a saúde humana. Guerra da água.

**E em Florianópolis? Há conflitos? Quais os principais problemas?**

A Lei Federal da Água foi aprovada há 11 anos e prevê que em caso de escassez, o primeiro uso que tem que ser garantido é o abastecimento humano e a dessedentação (matar a sede) dos animais. Santa Catarina, pouco após a aprovação dessa lei, era um caos hídrico em todos os sentidos: captação, tratamento, distribuição. Hoje, cadê a estação de tratamento de Florianópolis? Pois a água daqui vem do município vizinho, de Vargem do Brás e Santo Amaro da Imperatriz. Quer dizer, no centro da cidade estamos há 40 km da fonte, o rio Cubatão. São 40 km, e sai caro. Em Florianópolis tem gente que tem carência de água, por exemplo, a Barra da Lagoa e Rio Vermelho têm uma água péssima para efeitos domésticos. A água que chega aqui é redirecionada e percorre mais 25 km para chegar ao norte da Ilha, porque lá não tem abastecimento suficiente. Então essa água percorre 65 km, o que é simplesmente aberrante. O preço que se paga pela água aqui é completamente imbecil, essa cidade é inviável. Se a cidade tem que pagar o que representa investimento, vai morrer daqui a pouco.

**E existe preocupação por parte daqueles que podem investir para mudar a situação da cidade?**

Bom, ela ainda se dá ao luxo de aceitar um golfe do Costão do Santinho, que é um negócio seguro para matar o que ainda tem de abastecimento local. Eles fazem um gramado "para inglês ver", que precisa de agrotóxicos para matar os bichinhos e as plantinhas que não interessam para o resto ficar *British Sward* ("gramado britânico", no português). Então, quando chove, a água dissolve o agrotóxico, que chega ao lençol freático, que está à beira da superfície, e depois à água subterrânea, que é a reserva mesmo de abastecimento. Há aqui um conflito pelo uso de água, entre o proprietário que diz "eu sou o dono e quero instalar um golfe" e as 80 mil pessoas que precisam da água e estão lá embaixo. E a população está tomando essa água através da captação feita pela Casan. Então quer dizer que a empresa é má? Não, ela faz o que pode, mas não é suficiente e ponto final.

**Quer dizer então que a qualidade da água não é confiável?**

A água da Casan é boa, e eu só tomo dessa água e exijo que vocês façam a mesma coisa. O dia em que eles suspeitarem que nós não tomamos água

da torneira, vão deixar de garantir a qualidade, e aí tu vai buscar água onde? Todo mundo vai comprar garrafão? Não, tem que tomar água da torneira que é garantia para todo mundo em relação à água.

**E com relação à escassez de água, quais as alternativas?**

Há muita coisa para fazer. Dá para racionalizar os usos, economizar. As pessoas usam 300 litros pra lavar um carro. Quantos litros são mesmo necessários? Com 30 litros, tu deixa um carro assim um brinco com três baldes de água. Num banho de chuveiro você gasta de 80 a 90 litros de água. Se tu cantarolares um pouco, vai para 110 litros, se cantar uma *Traviata* [Ópera Italiana] tu vais pra 150 litros. Aí é melhor entrar de vez na banheira, que gasta de 200 a 220 litros de água. Um brasileiro consome em média por dia 180 a 200 litros de água.

**Há necessidade de uma política maior então..**

Tem que haver uma política que leve em consideração o fato que daqui a dez anos vai ter escassez de água terrível em Florianópolis. No verão já tem. Olhe o prefeito de Florianópolis lá por janeiro, ele está ajoelhado em frente à prefeitura rezando para que venha água. Tem que chover senão ele não sabe mais o que fazer.

**E as políticas para o Brasil?**

Há quatro anos eu digo que é urgente fazer investimento em educação, polícia administrativa da água... Ah, porque policiar todo mundo? Sim, polícia administrativa da água. Não tem nenhuma legislação, em nenhum lugar do mundo, que funciona sem repressão. Não conheço e se me derem um exemplo vou estudar para que no Brasil a gente tenha água limpa sem jamais botar uma multa. Enquanto isto não funciona, precisamos de uma polícia administrativa como existe em diversos países, em alguns há mais de 800 anos. O tribunal de água de Valência, na Espanha, vem do século XIII. Ele trata de irrigação e funciona até hoje.

**E as perspectivas de crescimento populacional no Brasil, como afetam as previsões futuras de abastecimento de água?**

A humanidade que já tem seis bilhões de pessoas e todo mundo diz que em 2025 vai haver no planeta oito bilhões de pessoas. Eu não sei o que eles vão comer, mas não vão beber. E não venha me dizer que se não houver água, então que tomem cerveja, porque para fazer um litro de cerveja na média são necessários 11 litros de água. Então, saúde pra todo mundo.

Esther da Veiga e Marina Veshagem



Christian Caubet nasceu na França, em 1947. No Brasil, em 2001, iniciou o projeto de pesquisa *A água, a lei, a política, que culminou com o lançamento do livro *A água, a lei, a política... e o meio ambiente?*, em 2004. Dois anos depois, publicou a obra *A água doce nas relações internacionais*. Até agosto de 2008, foi professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

O embate do diploma expõe o fato de se confundir liberdade de expressão com regulamentação profissional. A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que todo homem tem direito à liberdade de expressão e opinião



Ilustração: Clóvis Geyer - desenho digitalizado e tratado com Gimp 2.4.6

# Exigência do diploma questionada

Supremo julga recurso extraordinário que, se for aprovado, desregulamenta a profissão de jornalista

Contra, o Ministério Público Federal, o Sindicato de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (SERTESP) e alguns veículos de imprensa, como o jornal *O Globo*. A favor, entidades científicas e acadêmicas, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e os sindicatos. O embate começou em 2001. A disputa em questão: a formação superior em jornalismo. A expectativa é de que ainda este ano o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue um recurso extraordinário, que, se aprovado, desregulamenta a profissão de jornalista. Mas, afinal, é preciso ter diploma para exercer a profissão?

Desde o primeiro Congresso Brasileiro dos Jornalistas, em 1918, expressa-se a preocupação com uma formação de qualidade e a necessidade de ensino superior para o jornalismo. A regulamentação profissional data de 1938 e o primeiro curso de jornalismo do Brasil – da Fundação Cásper Líbero, em São Paulo – foi criado em 1947. Antes, em 1943, um decreto de lei instituiu o primeiro curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, que seria ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa. O reconhecimento jurídico da necessidade de formação superior veio em 1969.

A Fenaj defende, no documento

*Manifesto à Nação*, que “é direito da sociedade receber informação apurada por profissionais com formação teórica, técnica e ética, capacitados a exercer um jornalismo que efetivamente dê visibilidade pública aos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas”. De acordo com Rubens Lunge, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, as escolas são os locais ideais para esses debates, como a questão da ética, por exemplo.

## Discussão

O embate do diploma expõe o fato de se confundir o conceito de liberdade de expressão e de regulamentação profissional. De acordo com a Lei de Imprensa, “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura”. A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de se ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios. Os que defendem a obrigatoriedade do diploma consideram que o princípio da liberdade de expressão é uma vantagem para o exercício do jornalismo e que a exigência do diploma não impede, nem limita a liberdade de expressão no país.

Entre os defensores da não-obrigatoriedade do diploma, há aqueles que alegam – a exemplo da SERTESP e do MPF – que esta exigência não respeita a constituição. Outros, como Maurício Tuffani, assessor de imprensa da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e jornalista não-diplomado, acreditam que a formação específica em jornalismo poderia ser uma garantia de qualidade profissional, mas isto não ocorre. “Ao invés disso, ela levou justamente ao seu aviltamento, pois estimulou a criação desenfreada de cursos superiores de jornalismo, que por sua vez gerou um efeito perverso e crônico na relação entre oferta e procura de trabalho, sem falar na baixa qualidade do ensino oferecido”, diz, em texto publicado em seu blog *Laudas Críticas*.

## Histórico

Toda a discussão em torno da obrigatoriedade do diploma começou em outubro de 2001. A juíza substituída da 16ª Vara Cível da

Justiça Federal de São Paulo, Carla Abrantkoski Rister, concedeu liminar que suspende provisoriamente a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Isso torna possível que qualquer pessoa possa exercer as ati-

vidades jornalísticas, mesmo sem o ensino fundamental completo. Carla Rister considerou que “a profissão de jornalista não requer qualificações profissionais específicas, indispensáveis às técnicas (a de Engenharia, por exemplo), em que o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior pode vir a colocar em risco a vida de pessoas”.

Em 25 de julho, o ministro Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), formou um grupo de estudos para discutir e reformular as leis que regulamentam a imprensa e, dentre elas, a da obrigatoriedade do diploma. Representantes de jornalistas, de empresas de comunicação e do Ministério definiram um prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos. O resultado será enviado ao Congresso, em forma de projeto de lei. Até a votação final do impasse, o STF acatou uma decisão: permite-se o exercício da profissão sem registro no MTE, ou sem diploma de curso superior.

Thiago Bora com reportagem de Thayse Madella

Na Câmara, cada vereador recebe R\$ 7.366, mais R\$ 3,5 mil para manutenção do gabinete e R\$ 10 mil para contratação de assessores. Em 2006, o vereador eleito com votação menos expressiva gastou R\$ 12,36 por voto



# Mandatos desiludiram Bittencourt

Após 16 anos de trabalho, o atual presidente da Câmara Municipal de Florianópolis desistirá da vida pública

No final deste quarto mandato, a chegada do período eleitoral não mudou a rotina do presidente da Câmara Municipal de Florianópolis Ptolomeu Bittencourt Júnior (DEM). Ao contrário de outros nove colegas da Câmara e mais 230 candidatos que querem ocupar um dos 16 lugares no Plenário pela primeira vez, ele decidiu não tentar a reeleição. Além dele, 43% dos atuais membros da Câmara deixam de concorrer ao cargo. Três se candidataram ao Executivo - Ângela Albino, João Batista e Walter da Luz. Juarez Silveira, sem partido, e Marcílio Ávila (PMDB), cassados pela Operação Moeda Verde, tiveram seus direitos políticos de volta, mas não registraram candidatura. E Guilherme Grillo (PP), preso em 2005 sob acusação de grampear o telefone de Juarez Silveira, considera que as funções de vereador e empresário são incompatíveis e não será candidato de novo.

O presidente do DEM de Florianópolis, Ronaldo Freire, lamenta a decisão de Bittencourt. "Ele faria uma grande eleição", diz. O vereador foi eleito pelo partido três vezes, em 1996, 2000 e 2004. O primeiro mandato veio pelo PDS, quando o primo Pedro Bittencourt Neto também concorreu. A família tem história política. O tio, Eptácio Bittencourt, teve sete mandatos na Assembleia catarinense e um na Câmara Federal. E Pedro, quatro na Assembleia, um na Câmara Federal e hoje é membro da executiva estadual do DEM.

"Quero me dedicar à minha carreira profissional", anuncia Bittencourt, que possui graduação em Administração e em Direito e quer começar uma



Câmara Municipal: além do presidente da casa, 43% dos membros deixam os cargos

pós-graduação. Como não há necessidade de afastamento da profissão caso seja possível conciliar com o cargo de vereador, ele também é consultor legislativo na Assembleia catarinense desde 1982.

No mês passado, a procuradoria do Tribunal de Justiça catarinense entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade pedindo o recuo funcional de Bittencourt e mais 14 servidores que tinham sido elevados ao cargo de promotor. De acordo com a procuradoria, a progressão seria inconstitucional porque esses servidores não prestaram concurso para o cargo; Bittencourt entrou na Assembleia em 1982, mas só a partir de 1988 o concurso se tornou obrigatório.

## Legislativa de exceções

Na Câmara, cada vereador recebe R\$ 7.366, mais R\$ 3,5 mil para manutenção do gabinete e R\$ 10 mil para

contratação de assessores. Em 2006, o vereador eleito com votação menos expressiva gastou R\$ 12,36 por voto, o que recuperou em cinco meses de mandato. Bittencourt teve 3.416 votos - número maior que nas outras três eleições em que foi eleito - e entrou na 13ª vaga na Câmara.

Após quatro mandatos como vereador, Bittencourt não concorda mais com o atual sistema político do país. "Deve ter alternância no poder, não deveria ser permitido reeleição em caso algum", diz, enumerando que este é mais um fator que justifica a decisão de não ser candidato neste ano.

Os 16 anos na Câmara exigiram dedicação. Mas os últimos dois, em que ocupou a presidência, tomaram mais tempo quando o vereador viu a Operação Moeda Verde se tornar a única CPI na história da Câmara a cassar dois mandatos.

Desde o início, essa legislatura

foi complicada. Em 2005, o vereador Guilherme Grillo foi preso acusado de grampear o telefone do vereador Juarez Silveira. Grillo ficou preso um dia e foi condenado em primeira instância, mas recorreu. No final de 2006, Juarez Silveira foi pego com 170 litros de bebida alcoólica vindos do Uruguai sem pagar impostos. Em agosto deste ano, o vereador Deglaber Goulart perdeu o mandato por infidelidade partidária, mas manteve o direito de concorrer à reeleição em outubro.

As denúncias que levaram à CPI da Moeda Verde surgiram em maio de 2007. Silveira e o presidente da Câmara de 2003 a 2006, Marcílio Ávila (PMDB) foram acusados de negociar licenças ambientais e zoneamentos urbanos para beneficiar empreendimentos imobiliários. A CPI levada à frente pela Câmara conseguiu a cassação de ambos - mas, em menos de um ano, os dois recuperaram os mandatos. A Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça julgou haver erro no processo promovido pelo Conselho de Ética da Câmara. Silveira continuou no cargo e Ávila renunciou.

Um ano após as denúncias, relatório da CPI pronto e divulgado no site da Câmara Municipal, nenhum dos apontados foi processado. "O objeto de investigação da Moeda Verde foi muito pesado. Pessoalmente, me senti muito frustrado com a política. Não dá para pedir que a população acredite no processo político se há cassação, prisão e logo depois o sujeito está de volta, disputando eleições", observa Ptolomeu Bittencourt.

Fernanda Dutra

## Câmara de Vereadores: Muito poder para poucos

Essa foi a primeira legislatura que teve de lidar com a redução do número de vereadores. A decisão foi do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Santa Catarina, baseada na resolução 21.702 de 2 de abril de 2004 editada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A resolução considera a quantidade de 21 vereadores desproporcional a de cidadãos, ajustando-a para 16. O procurador chefe da Câmara, Roberto Polli, discorda da contagem. "O certo é 17 e alteramos a Lei Orgânica da Câmara neste ano para manter a proporcionalidade prevista na Constituição de 1988", diz. No entanto, a mudança da lei não vale para essas eleições uma vez que a aprovação só veio após o início do período eleitoral, de acordo com o julgamento do TRE-SC.

Tanto para Polli quanto para Bittencourt, a consequência do número reduzido de vereadores é a perda da representatividade. O censo de 1996 contou 271.281 habitantes, em 2007, o número cresceu para 396.723. "O resultado é que o poder se concentra na mão de poucos. Nos dois primeiros anos deste mandato, por exemplo, eu fui presidente do Conselho de Ética, da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Turismo, da Frente Parlamentar do Esporte e da CPI da Dívida Ativa - por mais que eu tenha boa intenção, há outros que não têm e a situação é arriscada", diz o vereador.

# Delegado alega falta de provas para indiciar empresas

Dos oito inquéritos do caso Feesc, quatro foram analisados e estão na Segunda Vara Criminal da Capital

O delegado Célio Nogueira Pinheiro, do Departamento de Investigações Criminais (Deic) de Florianópolis encaminhou, dia 10 de setembro, para o Fórum Central da Capital os oito inquéritos contra as empresas terceirizadas que prestavam serviços à Fundação de Ensino Engenharia de Santa Catarina (Feesc). Quatro estão sob a jurisdição da 2ª Vara Criminal. De acordo com os relatórios do delegado Pinheiro, "com o que foi apurado nos autos, não é possível vislumbrar ilícito penal que possibilitasse o indiciamento" das empresas Petrus Serviço de Informática Ltda, SW Produções Artísticas Ltda, Softvision Informática Ltda e JS Informática FF.

Devido ao modelo de gestão administrativa da Feesc, foram consideradas legais as falhas constatadas nas investigações judiciais iniciadas após a intervenção. Constam nos inquéritos as notas fiscais e as informações, algumas prestadas pelos locatários, de que os endereços das empresas eram falsos. As acusações de falsidade documental e ideológica, estelionato e crime contra a fé pública não foram suficientes para indiciar as empresas e seus proprietários.

Dos outros quatro inquéritos, dois já estão tramitando na 4ª Vara Criminal, mas estão com vista para o promotor Onofre José Carvalho Agostini, da 4ª Promotoria de Justiça de Florianópolis.

Os da 1ª Vara ainda estão com Aor Steffens Miranda, novo promotor da 25ª Promotoria que substituiu Davi do Espírito Santo. Davi foi responsável pelas investigações da Feesc desde o início. Ele responde pela 24ª Promotoria - a Criminal.

Procurado pelo ZERO, o promotor Miranda recusou-se a dar entrevista alegando ter assumido a promotoria há menos de um mês. Ele diz que ainda não pode falar com propriedade sobre o caso Feesc. Até que a Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina designe um novo promotor, o inquérito fica sem representação do Ministério Público. Não há previsão para a conclusão dos processos.

## Recredenciamento

Enquanto aguarda a decisão final da Justiça, o presidente diretor interino da Feesc, Raul Valentim da Silva, afirma que os procedimentos administrativos estão sendo reestruturados a partir das exigências estabelecidas pelo Ministério Público. O que, no futuro, pode garantir que situações irregulares, como as que foram denunciadas em fevereiro de 2007, não voltem a ocorrer.

O recredenciamento da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina junto ao Ministério da Educação (MEC) foi aprovado pelo Conselho Universitário (Cun), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na reunião ocorrida no dia

2, por 26 votos a favor e seis contra, a Feesc voltou a fazer parte do rol de instituições de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSC. Agora os administradores esperavam que o MEC renove, nos próximos meses, o certificado de registro e credenciamento da Fundação. Até novembro, a Feesc será administrada por uma diretoria interina composta de Raul Valentim, Lucia Helena Pacheco e Fernando Antonio Forcellini. Uma eleição será realizada para a escolha de uma nova diretoria, agora definitiva. Até este mês, nenhuma candidatura foi apresentada ao Conselho Curador.

Bárbara Dal Fabbro



Mais de 100 mil famílias vivem em imóveis irregulares e sem infra-estrutura na região que engloba, além da capital, Biguaçu, Palhoça e São José – o que representa 15% da população da Grande Florianópolis

# Projeto reúne soluções para moradia

Entidades desenvolvem boas práticas para aprimorar qualidade e diminuir custos de habitação popular

Problemas que vão do planejamento ao uso de habitações de interesse social estão sendo identificados por um projeto nacional que pretende formular um código de boas práticas da construção civil. O Programa de Tecnologia de Habitação (Habitare) possibilitou a formação de uma rede envolvendo sete instituições de pesquisa, dentre elas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para desenvolver referenciais tecnológicos adequados a moradias que atendem a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. O objetivo é garantir mais qualidade aos empreendimentos com um custo mais baixo. As equipes realizam trabalhos em campo e os resultados dessa pesquisa serão trazidos a público em outubro deste ano por meio de relatórios regionais, publicados no site oficial do programa Habitare.

Em pesquisa sobre o mercado imobiliário informal de Florianópolis, professores do curso de Arquitetura da UFSC calcularam que 111.144 famílias vivem em imóveis irregulares e sem infra-estrutura na região que engloba, além da capital, Biguaçu, Palhoça e São José – o que representa 15% da população da Grande Florianópolis. Constatou-se também que 20% da renda dessas famílias fica comprometida nos gastos com habitação. A falta de moradia digna para população mais carente, que responde

por 92% do déficit habitacional brasileiro, é um dos maiores problemas enfrentados pelos grandes centros urbanos. São propriedades sem registro oficial, onde a maior parte dos moradores não paga IPTU. Os serviços básicos como eletricidade, saneamento e coleta de lixo são inexistentes ou precários.

No entanto, o estudo mostra que, mesmo assim, há um mercado dinâmico de compra, venda e aluguel. Outro problema é o alto custo do setor de construção civil, que de acordo com dados do IBGE, passou nacionalmente de R\$ 593,17 por metro quadrado, em agosto de 2007, para R\$ 652,45 no mesmo mês deste ano. Em Santa Catarina, o valor – que inclui despesas com materiais e mão de obra – é de R\$ 644,03.

Para auxiliar no desenvolvimento do código de boas práticas para o setor da construção civil, alunos e professores de Engenharia Civil e Arquitetura da UFSC realizam pesquisas de campo em 13 empreendimentos que já existem no estado para identificar problemas nas várias etapas do processo construtivo: planejamento, projeto, execução, uso, manutenção e pós-uso. Segundo a professora Janaíde Cavalcante Rocha, coordenadora da equipe, o estudo é realizado há um ano e meio em diversas regiões do estado para que os materiais sejam avaliados quando estão sujeitos a diferentes temperaturas e condições

de umidade. Além da pesquisa em torno dos materiais, a equipe da Federal analisa a gestão dos custos e viabiliza a utilização de matérias primas alternativas – reaproveitamento de resíduos, como, por exemplo, cinzas de termoeletricas e de cascas de arroz.

Mofo, infiltração, tubulação entupida e descolamento de piso são os casos mais recorrentes que comprometem a durabilidade e o conforto da habitação. Rocha explica que muitas vezes o próprio morador desconhece a forma correta de utilizar e manter o material, comprometendo-o. “O gasto com manutenção e condomínio irá diminuir adotando boas práticas no planejamento e construção do empreendimento”, conta. A professora Ângela do Valle, responsável pela análise das construções em madeira, explica como o mau uso do material no processo construtivo pode interferir na durabilidade da habitação. “A madeira deve ser utilizada seca. Em algumas habitações avaliadas o material estava úmido quando foi fixado e, no momento em que realmente secou, retraiu e rachou. A qualidade e durabilidade da casa seria muito maior se tivessem utilizado o material adequado à umidade local – atitude que não envolve alteração no custo”, ressalta. O Grupo de Gestão, coordenado pelo professor Antônio Edésio Jungles, avalia a relação dos preços praticados pelo setor e a qualidade do produto utilizado na construção das



Habitação em madeira analisada pelo projeto. No detalhe, rachadura provocada pelo mau uso do material

casas. “Os preços mais baixos não garantem um mínimo de qualidade, o que vai acarretar maiores custos de manutenção”, explica. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) investiu R\$ 350 mil no projeto da UFSC, através do programa Habitare.

A equipe, incluindo as outras instituições participantes, já chegou a uma proposta de mecanismo de funciona-

mento para o código de boas práticas e a fase atual é de divulgação e aprimoramento da ideia no meio profissional e acadêmico. “Pretende-se ressaltar a importância que essa sistematização de boas práticas tem para o setor da construção civil”, afirma Rocha.

**Cora Ribeiro com reportagem de Márcio Barcellos**

## Casas-modelo aproveitam resíduos industriais

Estudos possibilitaram construção de dois protótipos a partir de materiais descartados

Projetos anteriores da UFSC desenvolveram tecnologia para reaproveitamento de resíduos, que normalmente seriam dispensados pela indústria. Duas casas-modelo foram construídas com materiais diferentes: uma foi construída com madeira de reflorestamento

do tipo pinus enquanto a outra é feita de blocos pré-moldados, concreto e argamassa produzidos com a adição de resíduos. Cinzas de termoeletricas, de cascas de arroz e entulho da construção civil foram estudados e transformados em aditivos nos novos materiais.

Márcio Barcellos



Laboratório avalia conforto térmico, umidade das paredes e o desempenho das estruturas

O modelo construído em pinus tem 37 metros quadrados, dois pavimentos e utiliza a madeira tanto nas paredes e entrespos quanto na cobertura, o que inclui as telhas. Outra característica do protótipo é flexibilidade, permitindo a ampliação através de painéis modulados.

No outro modelo, as paredes foram erguidas com blocos modulares produzidos com as cinzas da Termoeletrica Jorge Lacerda, que fica em Capivari de Baixo, sul de Santa Catarina. Além de diminuir o peso do concreto e, portanto, o gasto com transporte, o uso das cinzas possibilitou reduzir em 30% o custo do material. Além de gerar um produto alternativo, o reaproveitamento das cinzas auxilia na solução do problema de depósito final desse resíduo. Materiais como o concreto feito com entulho de construção ou com adição de cinzas da casca de arroz, também são usados. Atualmente, funciona na

casa um laboratório que mede o desempenho do material utilizado no protótipo.

As duas casas são modelos para a construção sustentável, possuem instalações elétricas otimizadas para baixo consumo energético, painéis de energia solar e sistema de aproveitamento da água de chuva. A proposta leva em conta pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos da Habitação (Ghab) da UFSC em conjuntos habitacionais populares, que diagnosticou a presença constante de alterações na habitação original – os tradicionais “puxadinhos”. “São alterações que o morador acaba fazendo para atender suas necessidades e que podem comprometer o funcionamento e a segurança da habitação. Por isso o projeto tem que incorporar esta necessidade, permitindo a construção em etapas”, explica a professora e coordenadora do projeto, Carolina Palermo. (C.R.)

### Sustentabilidade

## Usina reutiliza cinza pesada

A construção da casa-modelo consumiu 6,89 toneladas de cinza pesada, que é resíduo da queima de carvão mineral. Em dez horas de funcionamento, a Usina de Jorge Lacerda, que fica em Capivari de Baixo, sul de Santa Catarina, gera cinza suficiente para construir 100 casas. O uso do resíduo para a construção da casa-modelo diminuiu em 8,35% o peso da construção, o que significa uma redução de 3,5 toneladas.

**Volume de cinza para construção em toneladas**



Fonte: Pesquisa do grupo Valores

**ZERO**

O nome de Miguel Nicolelis (foto), cientista conhecido pelas pesquisas em neurotecnologia, é tido como responsável por atrair interesse ao Neurotech Cluster. "A intenção é ter vínculos com Nicolelis", afirmou o reitor da UFSC, Álvaro Prata



# Parceiros apostam em plano para núcleo de neurociência

O conglomerado que promete transformar Florianópolis em um centro tecnológico de saúde ainda tem muitos detalhes a definir, mas já anima participantes e investidores

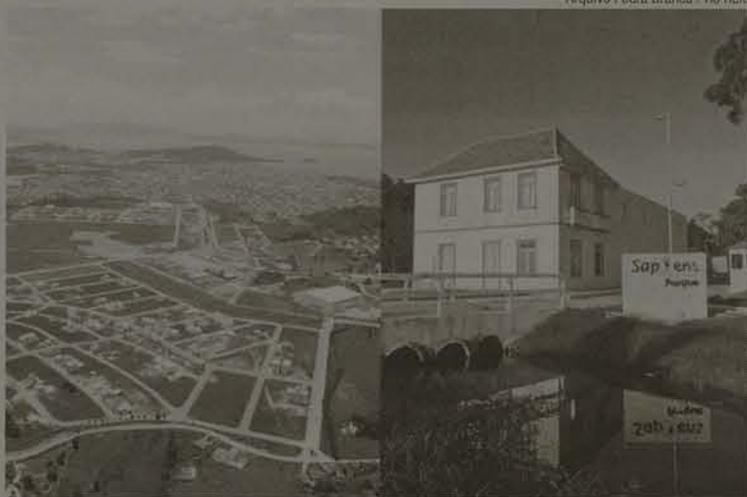
O plano de negócios não está pronto, nem formalizada a articulação com investidores e universidades. Apesar disto, os envolvidos (ver box) no projeto estão animados com o Neurotech Cluster, que pretende implantar na Grande Florianópolis um centro neurotecnológico, liderado por Miguel Nicolelis. Brasileiro que fez carreira nos EUA, o cientista ocupou as manchetes de jornais no início do ano por conseguir mover robôs a partir de impulsos cerebrais de uma macaca. O orçamento do cluster está estimado em R\$ 1,6 milhão, apenas para a etapa inicial de implantação.

O projeto foi trazido à capital por Valério Gomes, presidente do empreendimento Pedra Branca. Já com o objetivo de construir um hospital no bairro planejado – que abriga a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e um loteamento de casas –, Gomes soube da proposta de Nicolelis e convidou-o para conhecer o local. "Miguel viu nosso entusiasmo e se sentiu acolhido. Era a chance de viabilizar com mais certeza o cluster aqui do que em outro lugar",

diz Dilnei Bittencourt, diretor da Pedra Branca. Para Gomes, foi "o potencial empreendedor de Florianópolis" que convenceu o cientista.

O cluster – termo em inglês traduzido como conglomerado – englobará três segmentos: saúde, educação e empresas. O anúncio oficial do projeto aconteceu no dia 4 de agosto, durante uma reunião em Palhoça. Segundo Bittencourt, 25% do investimento inicial virão do setor privado. Outros 25% são do governo estadual, através da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc), e os 50% restantes do governo federal.

Além da Pedra Branca, será construída uma unidade no Sapiens Parque, cujo diretor executivo, José Eduardo Fiates, é coordenador do cluster. A intenção é que lá funcione uma incubadora de empresas em biomedicina, robótica, eletrônica e microengenharia. Se tudo der certo, o local abrigará também laboratórios e uma escola de ciência modelo, que pretende formar educadores e desenvolver novos conteúdos para disseminar a experiência por todo estado de



O projeto prevê duas unidades: uma na Pedra Branca (esq) e outra no Sapiens Parque (dir)

Santa Catarina. O Sapiens ainda se restringe a uma casa em Canasvieiras, mas a construção dos prédios projetados deve começar no início de 2009.

Em Palhoça, além do Hospital do Cérebro – que prestará atendimento especializado e realizará pesquisas – pretende-se atrair empresas internacionais da área de pesquisas, serviços e dispositivos médicos. São apontadas inicialmente a Knowledge Arquipélago



Brasil – empresa de consultoria de Nicolelis – e duas companhias americanas em processo de formação – Aurora Neurodevices e Neuroservices –, ambas ligadas às pesquisas realizadas pelo cientista. Uma das idéias é comercializar produtos neurotecnológicos desenvolvidos no laboratório do pesquisador na Universidade de Duke, nos EUA.

Luisa Frey

## UFSC e Unisul dividirão atividades de pesquisa e extensão do cluster

Inicialmente, as pesquisas do Neurotech Cluster envolveriam apenas a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), devido à ligação direta da universidade com a Pedra Branca. Mas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi convidada e o reitor Álvaro Prata entrou nas negociações. Segundo Gerson da Silveira, reitor da Unisul, a Federal foi incluída no projeto devido ao patrimônio científico e à experiência em pesquisa. Para Prata, assim como para as demais instituições envolvidas, o nome do cientista Miguel Nicolelis estimulou a participação no projeto. "A intenção é ter vínculos com Nicolelis", afirma.

A UFSC possui, desde 1994, o Programa de Pós-graduação em Neurociências, um dos quatro existentes no país. A vice-coordenadora, Carla Inês Tasca, apesar de interessada na parceria, diz que detalhes não foram fornecidos na reunião com Nicolelis, na UFSC, no dia 19 de agosto. Pesquisadores de outras áreas também estavam presentes no encontro. "As pesquisas de Nicolelis envolvem próteses mecânicas

e por isso a engenharia está envolvida. Também poderão participar pesquisadores de farmacologia e da medicina", explica Tasca. A professora diz que não foi firmado um contrato formal e, segundo Prata, o cronograma também permanece indefinido.

A Unisul possui curso de Medicina no campus da Palhoça, mas as pesquisas em neurociência ficam em Tubarão. Segundo Silveira, a Unisul focará na extensão à comunidade. A intenção é criar escolas e atuar nas já existentes – como a de Frei Damião, próxima à Pedra Branca. "Queremos atender crianças carentes a partir do modelo de transformação social aplicado por Nicolelis em Natal", afirma o reitor da Unisul – citando o Instituto Internacional de Neurociências de Natal (IINN), mantido pelo cientista Marcos Vinícius Ferreira, pró-reitor de administração e planejamento da Unisul, revela que a universidade aplicará na fase inicial de R\$ 600 a 800 mil, quantia não prevista na porcentagem de investimentos indicada pelo diretor da Pedra Branca, Dilnei Bittencourt. (L. F.)

## Metade dos R\$1,6 milhão depende dos recursos do governo federal

Vinte empresários de Santa Catarina serão responsáveis pelos investimentos da iniciativa privada no Neurotech Cluster. Valério Gomes, presidente da Pedra Branca, afirma que nem todos os contratos foram assinados e prefere manter os nomes em sigilo. Diz, apenas, que são empresários de diversos setores, da saúde à construção civil, e que acreditam no trabalho de Miguel Nicolelis. "Nenhuma das companhias receberá incentivo fiscal por investir em ciência e tecnologia", garante o diretor Dilnei Bittencourt. Um dos investidores é César Gomes – pai de Valério e fundador do grupo Portobello, construtor da Pedra Branca – que participará como pessoa física. Outro é Guido Dellagnello, empresário que estima o valor de R\$ 400 mil para os investimentos privados iniciais.

A mesma quantia será financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc). "É uma oportunidade extraordinária de trazer para o estado um cientista de renome internacio-

nal como Nicolelis", justifica Antônio Diomário de Queiroz – presidente da fundação. Quanto ao governo federal, não se sabe qual será a quantia investida, apesar da estimativa ser 50% do montante inicial. "Quem dá conta disso é o próprio Nicolelis, provavelmente virá dos Ministérios da Saúde e da Educação", afirma Bittencourt. A prefeitura da Palhoça está na mesma situação. O prefeito, Ronério Heiderscheidt, se colocou à disposição, mas detalhes não foram definidos.

Os R\$ 1,6 milhão serão utilizados na fase de articulação dos parceiros, definição de investimentos, recrutamento de empresas estrangeiras e implantação das primeiras unidades. "Um plano de negócios deve ser concluído até dezembro", afirma José Eduardo Fiates, coordenador do projeto. No primeiro semestre de 2009, já seriam oferecidos serviços em neurotecnologia e implantados os projetos de inovação. "Março, com o reinício das aulas nas universidades, é uma boa meta – sem esquecer que se trata de um processo", diz Gomes. (L. F.)

### Personagens

#### Saiba quais são os envolvidos

**Miguel Nicolelis** – Formado em Medicina na USP e pós-doutor em neurofisiologia, atualmente lidera um laboratório em Neurobiologia na Universidade de Duke, Carolina do Norte. O objetivo principal das pesquisas é desenvolver próteses humanas, através da integração entre máquina e cérebro humano. Nicolelis é apontado como candidato ao prêmio Nobel de medicina.

**Pedra Branca** – O projeto do grupo Portobello iniciou em 1998, baseado no modelo de bairros planejados americanos, canadenses e chineses. O complexo, na Palhoça, abriga a Unisul e um loteamento de casas. Seu presidente é Valério Gomes, filho do fundador do grupo Portobello, César Gomes.

**Sapiens Parque** – Parque de inovação que visa oferecer infra-estrutura para desenvolver segmentos econômicos de Florianópolis, como o turismo, a tecnologia, o meio-ambiente e serviços especializados. Os três primeiros editais para a construção de empreendimentos no Sapiens Parque foram lançados no último dia 21 de agosto. O empreendimento foi idealizado pela Fundação Certi e apoiado pelo governo do estado de Santa Catarina.

**Fundação Certi (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras)** – Instituição independente e sem fins lucrativos, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com foco na inovação em negócios, produtos e serviços de tecnologia da informação. A UFSC está entre os fundadores da Certi. O superintendente geral da fundação é o professor Carlos Albeto Schneider, da Engenharia Mecânica da UFSC.

**AASDAP (Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa)** – Criada em 2004, é responsável pela gestão do Instituto Internacional de Neurociências de Natal (IINN). Capta e administra recursos públicos e privados destinados a patrocinar pesquisas científicas e projetos sociais no Brasil. Seu presidente é Miguel Nicolelis.

**Fapesc (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina)** – Tem como finalidade o apoio e o fomento à pesquisa científica e tecnológica, em busca de equilíbrio regional, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população catarinense. Seu presidente é Antônio Diomário de Queiroz.

**Knowledge Archipelago Brasil** – Empresa de consultoria voltada à concepção e gestão de projetos científicos. Trata-se de mais um empreendimento de Nicolelis, baseado no conceito de ilhas de conhecimento, como o Instituto Internacional de Neurociências de Natal (IINN). A idéia é unir essas ilhas, formando arquipélagos globais.



Quando engarrafada, a água deve apresentar composição química equivalente à da fonte

## Contaminação dos reservatórios naturais compromete saúde humana

“Você tem se sentido cansado e encontra dificuldades para se concentrar? Por incrível que possa parecer a solução é mais simples, acessível e barata do que você imagina. Beba água mineral!”. Esse é o recado encontrado no site da Associação Catarinense de Indústrias de Água Mineral (Acinam).

Alcalinas, sulfurosas, carbogassosas, ferruginosas, radioativas; no total são 12 tipos de águas minerais, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam). As sulfurosas, por exemplo, são indicadas para prevenir e tratar distúrbios do fígado e também podem ser usadas por diabéticos. De fato, os efeitos medicinais são reconhecidos pela Abinam.

Porém, a qualidade dessa água tem causado preocupações. Nem as fontes estão livres de contaminação, principalmente nas regiões desprotegidas, onde os resíduos se infiltram no solo e poluem o lençol freático. De acordo com o relatório *O estado real das águas no Brasil 2004-2008*, produzido pela Defensoria da Água (órgão criado com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, do Ministério Público Federal e de ONGs), o nível de contaminação dos reservatórios no país cresceu 780%, de 1994 a 2008.

Os dados também mostram que 70% das águas superficiais estão impróprias para o contato humano e daqui a quatro anos o índice subiria para 90%. O

motivo é a falta de controle da geração, tratamento e destinação de resíduos industriais, agrícolas, hospitalares e domésticos. Em todo o país, menos de 3% dos lixões enquadraram-se na categoria de “aterros controlados”. Ou seja, não há controle dos resíduos lançados próximos a nascentes ou margens de cursos de água. Em Santa Catarina, 413 áreas estão poluídas por lixões.

A contaminação também pode ocorrer pela exposição da água a substâncias tóxicas. O arsênio, por exemplo, pode ser encontrado em vários países, inclusive no Brasil, na água mineral e em fontes subterrâneas. O estudo *Arsênio no Brasil e Exposição Humana*, realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostra que em Santa Catarina a presença de arsênio está associada às minas de carvão, que propiciaram a formação de depósitos de resíduos e lagoas sulfurosas.

O arsênio está entre os metais mais nocivos à saúde, assim como o mercúrio, o chumbo e o cádmio. Segundo a Organização Mundial da Saúde, pode provocar vários tipos de cânceres, como de pele, de pâncreas e de pulmão, diabetes tipo 2, abalos ao sistema nervoso, malformação neurológica e abortos. O consumo da água contaminada pode causar outras doenças, como a cólera, dengue, hepatite infecciosa, poliomielite, entre outras. (E.V.)



Uma pessoa que bebe, em média, dois litros de água mineral por dia consome 1.460 garrafas de meio litro em um ano. Se fossem empilhadas, atingiriam 300 metros, a altura da Torre Eiffel. Produzir essas embalagens gasta o suficiente para deixar seis lâmpadas de 100 W acesas continuamente por 30 dias.

# Consumo crescente de água mineral provoca contradições

O produto, que é a terceira mercadoria que mais movimentou dinheiro no mundo, depois do petróleo e do café, é símbolo de saúde e estilo de vida, mas preocupa pelo impacto ambiental

A demanda por água mineral engarrafada no Brasil cresce mais de 7% ao ano, tendo chegado, em 2006, a uma produção de quase 6 bilhões de litros. Em Santa Catarina, existem 25 indústrias de água mineral, das quais 14 são filiadas à Associação Catarinense de Indústrias de Água Mineral (Acinam). A produção de 100 milhões de litros, em 2007, corresponde a 5% do mercado nacional, garante Oberdan Vilain Junior, presidente da entidade. O setor, no estado, movimentou R\$ 30 milhões por ano e cresce, em média, 20%, ocupando o oitavo lugar no ranking nacional.

O Brasil produziu 5,8 bilhões de litros em 2006, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para atender a uma demanda interna crescente. O país ocupa a quarta posição mundial no consumo, conforme pesquisa da Associação Internacional de Águas Engarrafadas. Não há dados específicos para Santa Catarina, mas o brasileiro bebe, em média, o equivalente a 13 garrafinhas de água de 500 ml por mês. Isso corresponde a 6,4 litros por habitante.

Esses números deixam o país atrás, apenas, dos Estados Unidos, México e China, e à frente da Alemanha, França e Itália, em termos de consumo. No mundo todo, são vendidos 188,5 bilhões de litros de água engarrafada por ano. A jornalista norte-americana Elizabeth Royte questiona vários aspectos relacionados a este hábito mundial no livro recém-lançado *Bottlemania*. Em entrevista publicada no site da livraria Grist, ela afirma que existe uma simples razão para o comércio de água ter se tornado lucrativo: a publicidade. Segundo a autora, nos Estados Unidos muitos dólares foram empregados em propagandas que diziam que a água mineral era melhor, pura e natural, com apelo para imagens de atletas, modelos e celebridades.

O pesquisador e mestreando da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Antero Maximiliano Dias dos Reis, que estuda o fetichismo das marcas, explica que “para um tempo fast-

food e de valorização do descartável, inúmeras marcas de água engarrafada são publicizadas como ícones de uma modernidade que tem um discurso politicamente correto, mas que não reduz seus padrões exacerbados de produção e consumo”. Para ele, a sociedade, caracteriza pelo consumo em massa, busca qualidade total em produtos não duráveis e adota no descartável uma forma de manter-se livre rapidamente do lixo produzido.

Para o professor do curso de Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e líder do Grupo de Pesquisa em Tratamento de Água, Maurício Sens, além da publicidade, a desconfiança do consumidor em relação à qualidade da água da torneira também é responsável pelo crescente consumo de água mineral. “Em Santa Catarina, as companhias, responsáveis pelo abastecimento, permanecem com o mesmo tratamento que era realizado há 20, 30 anos. Porém, a água de hoje está muito mais contaminada e não é adequada para o consumo humano”.

Em setembro, o Ministério Público iniciou uma investigação sobre o excesso de alumínio na água tratada pela Casan que chega a Florianópolis. A suspeita veio de exames encomendados pelo síndico de um condomínio, cuja tubulação apresentou corrosão. De 20 outros testes realizados, sete apresentaram alteração nos índices do mineral. O valor registrado foi de 0,5 mg/litro, enquanto o aceitável para consumo humano, segundo o Ministério da Saúde, é de 0,2 mg/litro. A Casan justificou que a alteração se dá devido a extração ilegal de areia do Rio Cubatão, que faz com que o alumínio do leite do rio seja captado pela estação de tratamento. A empresa se comprometeu a diminuir os índices da substância, mas afirmou que o valor mínimo estaria associado a critérios de estética e sabor, e que somente acima de 3,5 mg/litro causaria problemas à saúde.

### Meio Ambiente

As embalagens de água mineral são feitas a partir de petróleo e gás natural, ambos recursos não-renováveis. Segundo a organização Earth Policy Institute, em Washington, são gastos anualmente 1,5 milhão de barris de petróleo para fabricar as garrafinhas e copos de água consumidos pelos americanos. Essa quantidade de petróleo seria suficiente para abastecer 100 mil carros por ano pelos padrões americanos, pois lá o consumo é em média de 7 a 8 km por litro.

No Brasil a preocupação por parte de ambientalistas e pesquisadores está relacionada com a quantidade de garrafas PET - politereftalato de etileno - que tem destino incorreto. Em 2007, a indústria brasileira produziu 432 mil toneladas dessas garrafas - usadas para comercializar água, refrigerante e até bebidas alcoólicas. Há 15 anos, o número era 100 vezes menor - 4 mil toneladas. O problema é que, segundo o último censo da Associação Brasileira da Indústria do PET (Abipet), mais da metade destas embalagens ficam espalhadas em rios, terrenos baldios, lixões ou aterros sanitários e levam até 400 anos para se decompor.

Em Florianópolis, a Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) recolhe mensalmente em torno de 150 toneladas de material reciclável, podendo chegar a 230 toneladas na alta temporada. Esse lixo é encaminhado para a Associação de Recicladores Esperança (Aresp), que funciona como cooperativa fazendo a triagem dos recicláveis. Em 15 dias, as 23 pessoas que trabalham na associação conseguem separar um total de 6,25 toneladas em garrafas PET, o que gera cerca de R\$ 725. De acordo com Vilain Junior, essas garrafas, de vários volumes, somadas aos copos - compõem a totalidade dos descartáveis - correspondem a 60% do mercado de águas engarrafadas, enquanto o garrafo de 20 litros, que é reaproveitável, representa os outros 40%.

Esther da Veiga e Marina Veshagem



A inspeção visual e olfativa dos galões retornáveis é a etapa que busca identificar alterações de cor e odor ou deformações da embalagem

## Teste de limpeza e higiene reprova empresas engarrafadoras catarinenses

As indústrias de água mineral costumam exaltar a qualidade e a pureza dos produtos que oferecem aos clientes. Em alguns sites há até recomendações para os distribuidores sobre os cuidados com os garraões - ou galões - de 20 litros. Apesar disso, nem sempre o conteúdo corresponde ao que o rótulo anuncia.

Uma pesquisa realizada por Maria Andreina Oliveira Bento, engenheira sanitária e ambiental, analisou a água mineral comercializada por duas empresas de Santa Catarina. O estudo foi defendido como Trabalho de Conclusão de Curso, na UFSC, em 2007. A pesquisadora recolheu amostras do produto após o término do processo de industrialização. Os resultados revelaram a presença de

bactérias que estão associadas às fezes humanas e de animais. Bento explica que a contaminação está diretamente relacionada à ineficiente limpeza e a falta de higienização dos garraões.

De acordo com a Resolução RDC nº 173/06, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a industrialização deve obedecer às condições higiênicas-sanitárias desde a captação até seu envase. Prevê, também, que a higienização precisa passar por diversas etapas: a pré-lavagem, apenas com água à temperatura de 40°C, a lavagem com detergentes, o enxágüe e a sanificação (desinfecção). A pesquisadora explica que o modelo do garraão dificulta a limpeza e que, mesmo passando por todas essas etapas, algumas bacté-

rias, como a *Escherichia coli*, resistem devido ao acúmulo de resíduos. O vírus pode causar toxinfecção alimentar, infecção do trato urinário (ITU), meningite, entre outras doenças.

Os garraões não podem ser comercializados ou armazenados em ambientes próximos a produtos químicos, bombas de combustível e botijões de gás. O transporte também não deve ser feito em veículos inadequados, que desrespeitem os procedimentos que mantêm as características e qualidades da água. A situação se agrava quando o recipiente é transportado por motoboys, principalmente quando a distância é longa e o garraão fica muito tempo exposto ao sol, o que pode provocar o aparecimento de algas. (E.V.)

### Bebedouros da UFSC

## Faltam recursos para a manutenção

“Eu jamais vou beber dessa água. Qualquer pessoa passa mal se vir o que tem dentro de um filtro”, desabafa Nelson Vieira, chefe substituto do setor de limpeza dos bebedouros da UFSC. O funcionário, que trabalha no setor há 21 anos, conta que durante esse tempo já recebeu aparelhos que estavam há mais de cinco anos sem manutenção. Alguns modelos deixam a água acumulada. Sem movimento, o líquido retido se transforma em lodo, gerando um ambiente propício para a proliferação de microorganismos causadores de doenças. De acordo com as empresas que comercializam os filtros, o ideal é trocá-lo no máximo a cada seis meses ou a cada três mil litros de água purificada.

Para o diretor de conservação predial da Prefeitura da UFSC, José Dias Júnior, “não há como trocar os filtros a cada seis meses, devido à grande demanda de serviço e ao pouco recurso financeiro”. A Universidade tem 263 bebedouros e cabe a cada Centro de Ensino solicitar a manutenção dos aparelhos. Dias Júnior garante que todos os pedidos são atendidos. “Se os filtros não forem trocados, pelo menos a limpeza estará garantida”, destaca. O professor do curso

de Engenharia Sanitária da UFSC e líder do Grupo de Pesquisa em Tratamento de Água, Maurício Sens, explica que não há como assegurar que a limpeza ou até mesmo a troca do filtro garantam a qualidade da água.

Mesmo assim, Vieira afirma que não é possível se responsabilizar por todos os bebedouros, pois o setor também responde pela manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, geladeiras, freezers e câmaras frias. “Até há pouco tempo, contávamos com apenas três funcionários para cuidar de todos esses aparelhos. Sem falar na falta de espaço e o baixo investimento financeiro”, acrescenta. Dias Júnior afirma que foi contratada uma empresa terceirizada para auxiliar na manutenção e já está em andamento a construção de um novo galpão para o setor.

Para quem costuma fazer refeições no Restaurante Universitário, Carlos Antônio Natividade, diretor do RU, garante a qualidade da água. Segundo ele, devido ao consumo frequente, os filtros não resistem e por isso são trocados no máximo a cada três meses. Nenhum estudo foi realizado ainda para analisar a qualidade da água disponível nos bebedouros da UFSC. (E.V.)

## Fiscalização da água engarrafada é responsabilidade do consumidor

A Vigilância Sanitária afirma que seu papel é inspecionar as indústrias, mas não vistoriar os estabelecimentos comerciais de água engarrafada. “Somente verificamos em caso de denúncia, mas o consumidor é o responsável pela água que chega até a sua mesa”, justifica o fiscal da gerência de produtos do setor de alimentos do órgão, Carlos João da Costa.

Para o professor do curso de Engenharia Sanitária da UFSC e líder do Grupo de Pesquisa em Tratamento

de Água, Maurício Sens, há outra questão com que se preocupar: a entrega de água mineral falsificada. Segundo ele, o consumidor deve estar atento à origem e ao preço do produto e deve antes verificar o lote, no caso do próprio entregador abrir o garraão. “Se for de uma bica qualquer, além de estar possivelmente contaminada, a água vai adquirir ainda mais bactérias devido à falta de higienização dos garraões”, explica. (E.V.)

### FONTE

A água mineral natural é considerada a mais nobre das águas, obtida diretamente de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas, de origem subterrânea que devem estar protegidas com relação a qualquer tipo de infiltração, poluição ou contaminação.

### HIGIENIZAÇÃO

A higienização geralmente divide-se em duas etapas: **LIMPEZA**: eliminação de resíduos e materiais indesejáveis a superfícies da embalagem; **SANIFICAÇÃO (desinfecção)**: eliminação de microorganismos por meio de agentes químicos, a níveis considerados seguros.

### TRANSPORTE

Não pode apresentar a menor evidência da presença de insetos, pragas, vazamentos, odores, umidade ou materiais estranhos que possam comprometer as embalagens. Para garraões de 20L em PET, com temperatura ambiente superior a 30°C, recomenda-se carroceria tipo baú isotérmico. O veículo deve possuir certificado de vistoria e deve ser renovado anualmente, de acordo com o código sanitário vigente.

## Da fonte ao lixo

Conheça o trajeto da água mineral, os cuidados e as características de cada etapa do processo.

### CONSUMO

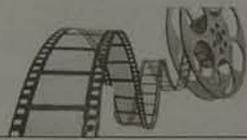
O Brasil é o 4º consumidor de água engarrafada. No país, até o final de 2007, o consumo foi de 13,6 bilhões de litros (era de 9,4 bilhões de litros em 2002). A média por pessoa é de 77 litros por ano.

### LIJO

O Brasil produziu 354 mil toneladas de garrafas PET em 2005 e mais da metade destas embalagens ficam espalhadas em rios, terrenos baldios, lixões ou aterros sanitários. A Comcap, em Florianópolis, recolhe 150 toneladas de material reciclável por mês. Do total, cerca de 12,5 t são garrafas PET. Esse lixo é encaminhado para a Associação de Recicladores Esperança (Aresp), que funciona como cooperativa fazendo a triagem do material reciclado.



Fonte: Comcap e Maria Andreina Oliveira Bento



Apesar dos problemas no repasse de verbas, Sofia Mafalda, representante da Cinemateca na Comissão de Organização e Acompanhamento, diz que a instituição "é responsável por questões políticas e é a mãe do cinema catarinense"

# Audiovisual ainda depende de editais

Atraso de pagamentos é um dos problemas de prêmios como o da Cinemateca, que chega à quinta edição

## Ganhadores

O edital do Prêmio Cinemateca Catarinense / Fundação Catarinense de Cultura não tem enfrentado apenas problemas financeiros. Em cada ano em que foi realizado, o edital premiou apenas um longa-metragem. Dois dos vencedores têm ligação com a Cinemateca: Zeca Pires (2002) e Penna Filho (2005). Apesar da distância entre os prêmios, eles foram contemplados em editais consecutivos, já que não houve premiação em 2003 e 2004. Zeca Pires é um dos fundadores da instituição e, até junho, Penna Filho era do Conselho Fiscal e de Ética. Para quem não ganha, só há uma solução: esperar pelo próximo edital.



### Cinemateca Catarinense

Entidade que reúne pessoas ligadas ao audiovisual em Santa Catarina. Com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), realiza o Prêmio Cinemateca – principal edital voltado para o cinema no estado.

fotos: Divulgação



### Zeca Pires

Vencedor do edital em 2002 na categoria longa-metragem com o filme *A antropóloga*, no qual trabalhou com Maria Emília de Azevedo. Foi um dos fundadores da Cinemateca Catarinense.

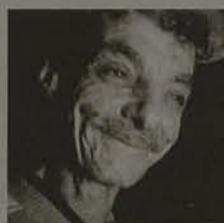


### Penna Filho

Vencedor em 2005 na categoria longa-metragem com *Doce de coco*. Até junho, era membro do Conselho Fiscal e de Ética da Cinemateca e trabalhou com Zeca Pires nas produções de *Naturezas Mortas* e *Quadros da História*.

### Maria Emília de Azevedo

Vencedora do edital da Cinemateca em 2007 na categoria curta-metragem com o filme *Mulher azul*. Trabalhou como produtora executiva no filme *A antropóloga*, de Zeca Pires.



### José Rafael Mamigonian

Vencedor do Prêmio Cinemateca em 2001 na categoria longa-metragem com o filme *Seo Chico*. Trabalhou como editor em *Roda dos expostos*, filme de Maria Emília de Azevedo.

Produtores cinematográficos de Santa Catarina estão aguardando, desde o dia 9 de setembro, a divulgação do resultado do quinto edital da Cinemateca Catarinense/Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Entre os 141 inscritos, apenas um ganhará o valor de R\$ 900 mil para a produção de um longa-metragem. Outros 16 dividirão os prêmios nas demais categorias. Ronaldo dos Anjos, presidente do Museu de Imagem e Som (MIS) e representante da FCC na organização do concurso, garante que, ao contrário das edições de 2002 e 2005, desta vez a verba não atrasará.

Apesar de viabilizar a execução de quatro filmes desde 2001 e de ser a maior fonte financiadora do cinema catarinense – o repasse previsto para esse ano é de R\$ 1,9 milhão –, os premiados perdem com os atrasos de verba e a dependência do governo estadual. O edital é uma conquista da Cinemateca, que não tem fins lucrativos e reúne 91 artistas, produtores e pessoas ligadas ao audiovisual. "A Cinemateca é responsável por questões políticas e, no meu ponto de vista, é a mãe do cinema catarinense", diz Sofia Mafalda, uma das representantes da entidade na Co-

missão de Organização e Acompanhamento do Edital (COA).

Mafalda conta que o primeiro concurso "foi super glamuroso, saiu o primeiro longa-metragem realizado com dinheiro do prêmio. Daí, em 2002, fizemos o segundo e começou a desandar". Começou a "desandar" porque, com a mudança no governo estadual, a primeira parte do prêmio só foi paga em 2003. E outros atrasos ocorreram: duas, de três parcelas, foram quitadas apenas entre 2005 e 2007. Isso causou prejuízos para produtores como Zeca Pires que, durante a gravação de *A antropóloga*, longa-metragem vencedor do concurso de 2002, perdeu cerca de R\$ 250 mil. O dinheiro da primeira parcela foi usado na pré-produção, etapa fundamental para o início das filmagens, na qual equipe técnica, elenco e cronograma são montados. O trabalho foi perdido e, quando o restante do prêmio foi liberado, toda a fase inicial teve que ser refeita.

Com Penna Filho aconteceu algo semelhante. O produtor venceu o edital de 2005 com o longa-metragem *Doce de coco*. Nenhuma das parcelas foi paga dentro do prazo e a produção parou por nove meses, somando to-

dos atrasos. O prejuízo maior, para ele, não foi financeiro, mas, sim, o tempo perdido. "Você marca com um estúdio, aí o dinheiro não vem e você tem que desmarcar. Tem que esperar outra data em que as pessoas possam e que o estúdio esteja livre de novo." Isso fez com que o filme só ficasse pronto em 2008. Penna Filho diz que os atrasos são "a contribuição do governo para o cinema catarinense".

### Garantia

Ronaldo dos Anjos explica que não se pode garantir a realização anual do concurso como foi concebido, pois ela depende da vontade política. A cada ano é necessário entrar com o pedido de liberação de verba junto ao governo do estado e esperar que seja aprovado. Mesmo assim, ele assegura que, pelo menos nesse ano, os produtores não precisam se preocupar com os atrasos.

A quantia será paga em duas parcelas, como foi feito em 2007. A primeira, logo que o resultado for anunciado, o que deve acontecer em 19 de novembro. A segunda, quando a etapa de filmagem for concluída. Ronaldo dos Anjos afirma que a verba está prevista no orçamento de 2009, quando

termina o prazo de um ano para os vencedores finalizarem as gravações. O longa-metragem tem um prazo um pouco maior, de um ano e meio. Mesmo assim, o representante do MIS afirma que o pagamento, que deve vir apenas em 2010, vai ser entregue dentro do prazo. "O que é nosso está guardado."

A cineasta Sandra Alves, vencedora na categoria curta-metragem em 2001, diz que como o investimento privado no estado ainda é muito pequeno, o papel do governo é essencial. "Quando surge um edital o crescimento é natural e espontâneo". E esse crescimento não é apenas dentro de Santa Catarina, já que muitos filmes feitos com dinheiro do edital foram para fora do estado, como um dos curtas de Alves. *Lamar* ganhou um prêmio em Portugal e participou da Mostra Curta Cinema de 2003, no Rio de Janeiro. Com Chico Caprário aconteceu o mesmo. *Sorria, você está sendo filmado* (2003) fez parte de mostras em Porto Alegre e Curitiba. Sofia Mafalda diz que "é bonito ver as pessoas produzindo", mas, para isso, é preciso que o edital funcione.

Marina Ferraz

## Nova lei

### Artigos passam por adaptação

Após quatro reuniões, a primeira versão da lei foi alterada. Entre as propostas que serão votadas assim que o documento for redigido estão:

- No artigo 1º, além de consultivo, o conselho passa a ser também deliberativo e normativo.
- No artigo 2º, que trata das atribuições, o órgão deixa apenas de opinar sobre o Plano Municipal de Cultura e torna-se um agente na sua elaboração. Assume a responsabilidade de atestar a legitimidade das instituições culturais e o papel de definir critérios para a concessão de subvenções, convênios e auxílio.
- O artigo 3º estipula que existirá paridade entre os representantes do meio artístico e as pessoas indicadas pelo prefeito. Ao todo, 30 membros integrarão o conselho.

# Alterada lei que cria conselho de cultura

Sem o órgão, a cidade perderia recursos do governo federal para projetos culturais

A discussão sobre a lei que cria o Conselho Municipal de Cultura ganhou novo fôlego na segunda-feira, 22 de setembro. Depois de quatro reuniões na Câmara Municipal, vereadores, professores, estudantes e representantes da classe artística-cultural de Florianópolis entraram em consenso em relação às propostas de alteração no documento, que data de 1987. Depois da adaptação, que está sob responsabilidade do Legislativo, a lei nº 2639 será votada em uma audiência pública.

Quando o assunto foi levantado e encaminhado à Câmara em caráter emergencial, em 19 de agosto deste ano, era unânime que a lei precisaria ser reformulada. O maior impasse se deu quanto ao caráter do conselho que, no artigo 1º do documento de

1987, é classificado como órgão consultivo – o que restringia suas funções à colaboração com a prefeitura através de sugestões e opiniões, quando lhe fosse solicitado. A classe artística, desde o início das discussões, defendeu um caráter deliberativo, com maior autonomia na elaboração de normas para financiamentos e convênios.

O parecer dado por Marcelo Machado, procurador da Câmara Municipal, em 9 de setembro, mudou o panorama da discussão, que encontrava resistência em argumentos baseados na inconstitucionalidade da proposta dos artistas. Além da importância da função consultiva, os estudos apresentados por Machado atestaram a legalidade das atribuições deliberativas e normativas e contribuíram para que as três fossem adotadas simultaneamente.

Outra divergência na adaptação da lei se deu quanto à escolha dos membros. Foi determinado que deve existir paridade entre os representantes das entidades artístico-culturais e as pessoas indicadas pelo prefeito. Ao todo, 30 membros cumprirão as funções de conselheiro.

A implantação do Conselho Municipal de Cultura deve ser concretizada para que o município não perca os benefícios previstos no Plano Nacional de Cultura (PNC). O projeto foi criado em 2003 pelo ex-ministro Gilberto Gil e se encontra em fase de conclusão. Segundo Caio Cavichioli, gerente de arte da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), as cidades que não criarem o conselho perdem futuros recursos que seriam distribuídos através do órgão. Para

a atriz e professora de teatro Marisa Napolini, uma das principais envolvidas no processo de adaptação da lei, o debate vai além do repasse de dinheiro e da assistência do MinC. "O maior benefício é o entendimento do que é cultura, diz".

Para Moair Nereu Nunes, presidente da Associação Catarinense dos Artistas Plásticos (ACAP), não há nenhum regimento relacionado à área que funcione no município atualmente. "Se não formarmos o conselho com um pessoal que goste e esteja envolvido com a cultura da cidade, daqui a dez anos vai estar a mesma coisa." Após a finalização dos ajustes na lei, uma nova audiência será marcada – o que deve ocorrer depois das eleições.

Matheus Joffre

Os filmes do produtor Peter Baiestorf, ícone do *trash* catarinense, têm a proposta de "avacalhar com as crenças alheias sem respeitar nada", criticando principalmente os valores burgueses e a moral cristã



# Cine *trash* agrega crítica ao avacalho

Desconstruindo conceitos cinematográficos, diretores catarinenses optam pela estética para difundir suas idéias

Nada de Gene Kelly cantando e pulando na chuva, nem de Alex, personagem de *Laranja Mecânica*, chutando uma mulher. O trailer de *Arrombada: vou mijar na porra do seu tûmulo!!!* (2007), do catarinense Peter Baiestorf, mostra uma seleção de cenas escatológicas aglomeradas ao som da conhecida canção *Singin' in the rain* (1952). Entremeadas por um jorro de vômito amarelado que recobre parcialmente a lente da câmera, aparecem imagens de um jato, que tenta simular esperma, atingindo o rosto da protagonista e algo parecido com fezes moles caindo na boca aberta de um homem, cujo olho, em outra passagem, é perfurado pelo salto de um sapato preto.

Baiestorf, que em 1992 fundou a Canibal Filmes, em Palmitos, não é o único do estado a se dedicar ao *trash*. Em 2000, surge a Bulhorgia Produções, do diretor e músico Gurcius Gewdner. Quatro anos antes, em Chapecó, formou-se a Conjuração Trash Produções, atualmente composta por oito membros - entre eles o casal Saulo Zambiasi e Patricia Pinheiro, que hoje vivem na capital. Há também o chapecoense Fabiano Boni, criador da personagem Boni Coveiro e ex-membro "conjurado", que desde 2000 segue o gênero "terrível" - mistura de comédia com terror, originado pelo cineasta brasileiro Ivan Cardoso.

Pela freqüente participação em festivais e mostras de cinema independente e pela vasta produção - somam-se mais de 130 filmes, entre longas, médias e curtas-metragens -, os vídeos da Canibal destacam-se como os mais conhecidos

e polêmicos. Em geral, são *gores* e *sexploitations*, isto é, obras que recorrem exageradamente a sexo, violência e escatologia, temática resumida no título do documentário *Baiestorf: filmes de sangueira e mulher pelada*, feito em 2004 pelo carioca Christian Caselli.

Debochado, o palmitense "curtidor do avacalho" afirma que uma das propostas dos "canibais" [curiosidade: Baiestorf é vegetariano] é "não se levar a sério e rir da cara dos que gostam das nossas tralhas". Outra proposta é "avacalhar com as crenças alheias sem respeitar nada", criticando os valores burgueses e a moral cristã, usando, para isso, "pensamentos soltos, largados a esmo para gerar discussões". Uma cena mencionada por Baiestorf para ilustrar o tom crítico e divertido das obras da Canibal mostra um gordo assassinado por uma menina, que adentra o estômago dele e, com uma marreta, destrói inúmeras televisões, enquanto o narrador repete "destrua seu deus, destrua seu deus".

Segundo a pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayka Castellano, no artigo *Reciclando o "lixo cultural": uma análise sobre o consumo trash entre os jovens*, não levar a sério a fruição de um filme *trash*, rindo do inusitado do amadorismo, é uma das características dos aficionados desse tipo de produção. Renan "Blah", estudante de cinema da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), diz que tende a simpatizar com esses filmes sem grande pretensão artística e sem muita sofisticação de linguagem cinematográfica, por serem "baratos, feitos sem frescura e fu-



Divulgação

Gravação do filme *Arrombada: vou mijar na porra do seu tûmulo!!!*, de Peter Baiestorf, que possui características próprias do *gore*

girem de certo elitismo cinéfilo". Em 2006, Blah e o amigo Gil Caruso fizeram o roteiro de *Mariscos e Míolos*, curta de 21 minutos cujo crédito de direção é preenchido por um traço. O filme de R\$ 72 foi trabalho final da disciplina Direção de Arte e logo se espalhou pela internet - no YouTube, até o fechamento desta edição, o vídeo foi visto quase 13 mil vezes. O curta ganhou adeptos de tal modo que, vez ou outra, Caruso é reconhecido na rua como Hercílio Kabritson, uma das personagens.

Disponível no YouTube, o trailer de *Mamilos em chamas*, de Gewdner (Bulhorgia Produções), teve 35 mil acessos. O longa de animação, lançado na sexta-feira santa, conta a "emocionante história de um coelho perversamente dividido entre as delícias sem fim do prazer pulsante, a dura realidade do trabalho assalariado e a mais completa bestialidade, tudo isso em conflito com a descoberta do amor resplandecente". O

Pato Estuprador, o Golfinho Bolinante, o Chimpanzé Dourado e a Girafa Sodomitada, personagens do filme, são interpretadas por bichos de pelúcia presos a fios de náilon. Quanto aos coelhos, foram comprados em um açougue.

Tendo como proposta o slogan "porque o cinema não precisa ser caro, nem o *trash* precisa ser lixo", as produções da Conjuração Trash destoam das de Baiestorf e Gewdner. Zambiasi diz que hoje os "conjurados" conspiram contra o *trash* que, de início, os caracterizava. Segundo ele, o termo ainda compõe o nome da empresa por também estar relacionado ao processo de fazer filmes de baixo orçamento, mantendo o amadorismo e trabalhando entre amigos. No entanto, prezam pela qualidade ("de acordo com nossa concepção") e encaram a produtora como um laboratório de cinema.

Seguindo o estilo que o consagrou no *underground*, neste mês Baiestorf lança em DVD *Vadias do sexo sangrento*,

curta que teve orçamento de R\$ 4 mil, o maior da história da Canibal. O cineasta, que defende que os filmes sejam produzidos sem que se recorra à verba pública, conta que riu "pra caralho" assistindo à *Encarnação do demônio*, longa de José Mojica Marins (o Zé do Caixão) lançado em agosto. Com recursos provenientes de editais e programas públicos, o filme custou R\$ 1,8 milhão, dinheiro com o qual, segundo Baiestorf, o mestre do terror - que nega ser *trash* - fez um "puta filmaço".

Assim como no *Arrombada*, em *Vadias* a protagonista é interpretada por Ljana Carrion, ovacionada pelo cineasta como "a nova musa do udigrudi nacional". A cena final do trailer de *Arrombada* mostra Carrion numa dupla penetração bem ao estilo *trash/gore*: ninguém faz questão de esconder o pênis mole de um dos homens.

Daniela Cucolicchio

## "Precisamos de mais filmes que digam algo"

O cineasta quer transformar a cidade de Palmitos na capital dos filmes transgressores

Em janeiro, Gil Caruso, um dos roteiristas de *Mariscos e Míolos*, passeava por Palmitos quando avistou um homem todo de preto, "baixinho, cabelo comprido e barba longa", em frente a uma videolocadora. Tentou puxar papo, mas o sujeito parecia não querer. Meio ano depois, conversando com uma amiga sobre filmes *trash*, Caruso diz: "Tem um tal de Baiestorf, catarinense ovacionado pra caramba".

- Ele é de Palmitos; tem uma videolocadora, diz ela.

- Ahm? Cara redonda, óculos, careca-cabeludo?!

Surpreso com o sim, Caruso pensa alto: "Pô, eu curto um monte de filme *trash* e ele nem pra dar uma pista".

Seis meses depois, Baiestorf responde às perguntas do ZERO:

**ZERO: Como vê a evolução do cinema *trash* catarinense?**

**Peter Baiestorf:** Para evoluir ainda falta muito. No Brasil, a produção é muito pequena e irrisória. Público tem a beca e os canais para atingi-lo estão aí, mas quase todos ficam esperando as coisas caírem do céu e é essa mentalidade que precisa mudar. Mão na massa, humildade e metas a serem atingidas. O cinema catarinense primeiro deveria existir... Muito pouco foi feito, precisamos de mais filmes e filmes que digam algo, sejam *trash* ou não. Acho uma vergonha um estado que considera o Rogério Sganzerla - que nunca filmou aqui, só nasceu nessa joça - seu principal cineasta. Sganzerla é paulista-carioca; seus filmes não são catarinenses.

**Numa entrevista, você disse com ironia que as faculdades de cinema deveriam ser fechadas. Ainda pensa assim? Parece estar surgindo um gosto pelo *trash* no curso da UFSC...**

Não só na UFSC. Meu livro *Manifesto Canibal* [Achiamé, 2002], que é sobre realização de filmes sem grana, vende bem para vários professores e alunos de cinema por todo o Brasil. Nem lembro de ter falado isso, mas declaração assim é bem típica de mim... Vou mudar um pouco: deixem as faculdades abertas, mas criem colônias nesses filhinhos de papai que freqüentam o curso [risos].

**Como é a relação da Canibal Filmes com a Palmitos de 16 mil habitantes?**

Só meu endereço é daqui. Estou sempre viajando. Hoje em dia, com internet e avião, não há mais necessidade de morar em Nova Iorque, entende? [risos] Não me mudo, porque meu plano é transformar essa cidadezinha na capital brasileira dos filmes transgressores, para irritar os nazis homofóbicos daqui.

**Quando você passou a filmar em digital? Por que optou por esse formato?**

Passei a filmar em digital em 2005, pois a qualidade é muito melhor. Na verdade, filme com qualquer formato em que colocar as mãos. Sou um mercenário, não sou fiel a nada.

**Como se sustenta? Com a videolocadora? Ainda faz filmagens de festas?**

Filmagens de festas eu nunca fiz. Falei de zoeira numa entrevista e correu por aí que eu fazia isso para me sustentar. Eu tenho a videolocadora, um loteamento na estância hidromineral Ilha Redonda, aqui em Palmitos, e ganho uns trocos com meus filmes e palestras-oficinas de vídeo que dou por aí. Mas para não perder o deboche, sempre me ofereço para fazer boquetes por dez reais [risos]. (D.C.)



Divulgação

Baiestorf: irritando os "nazis homofóbicos"



Fechamento dos laboratórios de anatomia da UFSC pela Cerest, em função de problemas estruturais e armazenamento incorreto de produtos químicos, deixa estudantes de sete cursos sem aulas práticas por tempo indeterminado

# Reforma do Anatômico deve sair até março

## Falta de equipamentos de segurança e infra-estrutura adequada motivam o Cerest a interditar instalações da anatomia da UFSC

A notícia sobre o fechamento dos laboratórios de anatomia e do Museu Anatômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) chegou aos noticiários logo depois da divulgação do resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) — que foi comemorado pelos cursos de Medicina e Odontologia, ambos com conceito 4. Apesar de ter sido recebida com surpresa por grande parte da comunidade universitária, a interdição dos locais, deliberada por alunos e professores em 5 de agosto, é resultado de mais de dez anos de reivindicações. Documentos encaminhados para a administração central desde 1995 denunciam a situação de insalubridade a qual estavam expostos alunos, professores e técnicos.

“O cancelamento das aulas foi nosso último recurso. Não foi uma atitude contra a universidade”, explica o professor Geraldo Morgado Fagundes, subchefe do Departamento de Morfologia. No dia seguinte à decisão, fiscais do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estiveram no local e determinaram que as aulas só poderiam ser retomadas depois que a UFSC cumprisse com as exigências — que vão desde um relatório detalhado das providências tomadas, à retirada imediata do botijão de gás de cozinha que estava guardado ao lado de galões de formol (um material inflamável).

Hoje, 1,1 mil alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Ciências Biológicas, Psicologia e Farmácia estão com as aulas prejudicadas. O motivo, de acordo com o laudo do Cerest expedido em 12 de agosto, é que os laboratórios não cumprem com nenhuma das exigências do artigo 85 da Lei Complementar Municipal 239/06, que institui normas relativas à saúde em Florianópolis. Conforme o texto, estabelecimentos de interesse da saúde devem contar com instalações e equipamentos adequados, além do monitoramento por técnicos com capacitação.

Os professores tentarão diminuir o impacto pedagógico reforçando as aulas teóricas com programas de computador, peças acrílicas e imagens. Caso se cumpra a promessa do vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva, o Paraná, de que as reformas estarão prontas até março de 2009, os estudantes terão a chance de recuperar o semestre. “Nossa função é minimizar os prejuízos”, afirmou o professor Maurício José Pereira, coordenador do curso de Medicina, durante uma reunião realizada em 14 de agosto no Departamento de Morfologia.

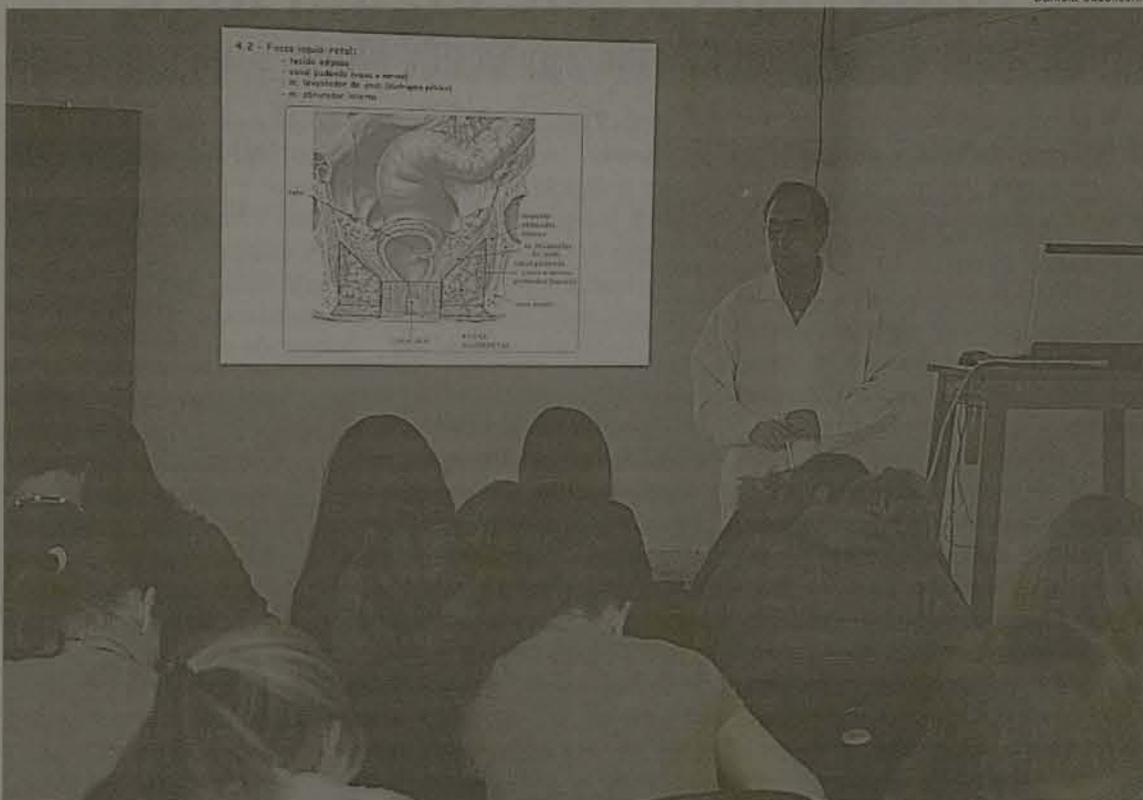
Até o cancelamento das aulas práticas, funcionários e alunos conviveram com os efeitos do formol, substância considerada carcinogênica pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC). Em julho, mais um, dos três técnicos afastados,

desenvolveu uma doença relacionada à exposição ao químico — um câncer de garganta. Segundo Morgado, esse foi um dos principais motivos da interdição dos laboratórios e do museu.

O vice-reitor Paraná, que é professor de medicina e diz ter trabalhado muito nos laboratórios, evita falar sobre as causas que resultaram na interdição e acredita ser necessário aproveitar o momento para discutir o ensino de anatomia. “É uma questão de economia pública. Não podemos fazer um grande investimento em um modelo antigo de ensino.” Ele justifica que esse tipo de método não é mais utilizado em grande parte das universidades norte-americanas e que devemos encarar os desafios pedagógicos com novos recursos. Yara Müller concorda com Paraná e prevê que “a anatomia será apenas museu”.

Morgado defende a importância do estudo com cadáveres que, para ele, são “insubstituíveis”. A justificativa é de que, com bonecos e imagens digitais, é impossível reproduzir a textura, o peso e os formatos dos órgãos. Pedro Müller, diretor do Centro Acadêmico Livre de Medicina (Calimed), acredita ser importante repensar o currículo, mas diz que se esperou muito para começar a discutir. “No momento, a medicina não pode prescindir do anatômico.”

Laura Daudén  
Daniela Cucolicchio



Professores recorrem a métodos não-convencionais para remediar problema do ensino de anatomia sem a utilização de cadáveres

### Vigilância

## Medidas e prazos para reabertura

O laudo expedido pela Vigilância em Saúde no dia 12 de agosto determina as ações a serem cumpridas pela UFSC para que as aulas nos laboratórios de anatomia sejam liberadas. Entre parênteses, prazo para o cumprimento das exigências:

- Adequação e implantação onde não há sistema de exaustão/ventilação de forma que a concentração de formoldeído não ultrapasse 1,6 ppm. (30 dias)
- Relatório escrito das providências tomadas em função do auto de intimação número 82.476, de 26 de março de 2008. (1 dia)
- Não utilizar fogareiro na mesma sala onde é armazenado o formoldeído, pois este é inflamável. (a contar da ciência do auto)

- Diminuir o peso das tampas das cubas de formol a fim de prevenir acidentes. (20 dias)
- Na serra-fita [aparelho para o corte de peças anatômicas]; proteção das partes móveis contra contato acidental e limpeza constante. (a contar da ciência do auto)
- Apresentar laudo de análise da qualidade do ar demonstrando a concentração de formoldeído, em ppm, em cada sala do laboratório onde seja utilizada esta substância. (20 dias)

Sobre o cumprimento das exigências, o vice-reitor Paraná justifica que “há um distanciamento entre os órgãos e as possibilidades da realidade”, e afirma que a universidade precisa discutir com a Vigilância em Saúde cada questão em pauta.

## Alunos e professores reivindicam melhorias estruturais desde 1995

Todos que frequentam os laboratórios de anatomia são unânimes: o problema não é de agora. O prédio onde hoje se localiza o departamento foi concebido para ser provisório no início da década de 70. Ao longo dos anos, banheiros foram convertidos em laboratórios, corredores fechados para a construção de salas e essas alterações no projeto estrutural inicial prejudicaram a circulação de ar e a exaustão — indispensáveis para a saúde de quem trabalha com químicos.

Documentos demonstram que as irregularidades são constatadas e comunicadas há mais de dez anos. Em 1995, um laudo de avaliação ambiental elaborado pela então Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Departamento de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho) descreve que “os níveis de formol encontrados representam um risco grave e iminente” e aponta que a insalubridade é de “grau máximo”.

Outro relatório produzido em 2001 pelo Programa de Monitoramento e Controle de Riscos da UFSC mostra os perigos aos quais estão expostos os frequentadores dos laboratórios e exigia um sistema de exaustão e equipamentos de segurança. O envio de memorandos e abaixo-assinados se intensificou em 2007 até que, em março deste ano, uma denúncia anônima levou a uma intervenção da Vigilância Sanitária — que não determinou a interdição por não poder atuar uma área sob jurisdição federal, que fica a cargo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O pró-reitor de infra-estrutura, João Batista Furtuoso, alega que como a Vigilância apenas “recomendou” as providências a serem tomadas, a UFSC iniciou o processo para execução e aprovação do projeto de reforma — que, segundo ele, é lento. “Os professores deram aula nessas condições nos últimos 20 anos”, defende. Agora, Furtuoso garante uma verba de cerca de R\$ 180 mil para as

obras e diz que o projeto já foi encaminhado à Procuradoria Geral da União. A resposta sobre a aprovação do caráter emergencial da obra, que a dispensaria do processo de licitação, deve sair em breve. O que mudou nestes cinco meses? “A interdição, esse é o fato novo.”

Geraldo Morgado, subchefe da Morfologia e professor há mais de 30 anos, tem uma explicação diferente. Para ele, a situação em que se encontram os laboratórios é resultado direto de uma política que prioriza a pós-graduação e a pesquisa. “Nós sentimos que não somos prioridade dentro do centro.” Ele explica que o departamento não tomou nenhuma atitude antes porque acreditava ser necessário dar um voto de confiança à administração central. “Tínhamos a expectativa de um prédio novo, mas ele não veio e a situação se agravou com a mudança de direção do CCB.” O atrito entre os professores e a reitoria foi amenizado apenas no dia 9 de setembro, depois de uma reunião com a presença do reitor Alvaro Prata. Ele visitou as instalações e atestou a falta de estrutura para as aulas práticas. Após o encontro, a professora Carla Gabrielli, que ajudou na elaboração do projeto de reforma, disse estar otimista quanto a realização das obras.

Além dos problemas de infra-estrutura, Pedro Müller, diretor do Calimed, recorda que a administração central também deve contratar e capacitar técnicos, caso contrário, “a reforma não adiantará”. Essa é uma exigência do Cerest para que as aulas nos laboratórios possam recomeçar. Logo após o fechamento dos laboratórios, Yara Maria Rauh Müller, pró-reitora de Ensino e Graduação, afirmou que a falta de técnicos é um problema de toda a UFSC. “Temos que pensar daqui para frente”, defende. No último concurso para a contratação de servidores na universidade, ocorrido no primeiro semestre, nenhuma vaga para esse cargo foi aberta. (L.D.)



# Deficientes encontram dificuldades na UFSC

## A falta de programas institucionais de inclusão atrapalha o acesso e a permanência de alunos com deficiência no ensino superior

Desde o ano 2000, o número de deficientes inscritos no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cresceu sete vezes. Só em 2008, foram 14 alunos com deficiência aprovados, segundo dados da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve). "Até parece curioso, mas não existe nenhum tipo de programa institucional da UFSC pra deficientes", diz Cláudia Chupel, assistente social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Apesar de existirem leis que obrigam as universidades a garantir o acesso à educação de pessoas com deficiência em igualdade de condições (*ver box*), na Federal de Santa Catarina apenas ações isoladas foram desenvolvidas nesse campo. A falta de uma política de inclusão institucional dificulta, e às vezes impossibilita, o acesso e a permanência desses alunos no ensino superior.

Denise de Siqueira é estudante na UFSC e precisa de uma cadeira de rodas para se locomover. No curso de Letras – Francês, Siqueira dependia dos colegas e da boa vontade dos professores para poder assistir às aulas. A aluna conseguiu transferência para o curso de Economia. Lá o prédio possuía elevador, que, em certa ocasião, quebrou por mais de três meses. "Sempre foi tudo muito impro-

visado. Às vezes os professores se recusavam a dar aulas no primeiro andar e os meus amigos tinham que me carregar até a sala", conta.

Na falta de programas de auxílio ao deficientes, o Núcleo de Investigação do Desenvolvimento Humano (Nucleind) tem sido referência na universidade. Foi dele a iniciativa de promover o vestibular para pessoas com deficiência e até hoje ajuda a Coperve a aplicar a prova.

### Legislação

## Decreto nº 5.296

Desde dezembro de 2004, o decreto determina que para concessão de autorização, funcionamento, abertura ou renovação de cursos pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deve comprovar que:

- cumpre as regras de acessibilidade arquitetônica
- disponibiliza técnicas que permitam o acesso às diversas atividades em igualdade de condições
- contém normas para reprimir a discriminação em relação aos deficientes.

O prazo de ajuste às normas é de 30 meses para edificações de uso público e de 48 meses para de uso coletivo.

Atualmente, o núcleo está desativado. O local não é fisicamente seguro. "Há uns dois meses atrás a situação ficou insustentável. O teto estava desabando", conta Rose Nuñez, coordenadora do Nucleind. A sede do núcleo estava localizada em uma construção de madeira doada pela Eletrosul em 1992. A orientação era de que ela fosse mantida apenas até 1997. "Agora estamos esperando a nova ala do prédio do Centro de Ciências da Educação (CED) ficar pronta. Sabe-se lá quando", lamenta.

### Faltam dados

Até hoje não se sabe exatamente quantos deficientes estão matriculados na UFSC, já que os dados da Coperve apontam apenas os aprovados. Por volta de 2001, o Departamento de Administração Escolar (DAE) tentou identificá-los através do cadastro, porém não houve seriedade no preenchimento. "Logo de início vimos que o resultado do número de pessoas com deficiência era muito mais alto do que o real. Chegava a quase 10%", diz Luiz Podestá, diretor do DAE. Os números nunca foram utilizados, e o Núcleo de Processamento de Dados da UFSC (NPD) admite que não são confiáveis.

Iana Dias

## Estudar à distância tornou-se a opção para Thiago Evangelista

Na edição de julho, o ZER0 contou a história de Thiago Evangelista. O rapaz, que devido a uma paralisia cerebral não fala nem escreve, nunca conseguiu ser aprovado no vestibular da UFSC por este não ser plenamente adaptado às suas necessidades especiais. Mesmo assim, Evangelista freqüentava as aulas do curso de Agronomia em regime de disciplinas isoladas até que, no início de 2008, teve seu pedido de matrícula negado, sob o argumento de que já havia ultrapassado o limite de carga horária. A família encaminhou um pedido de reconsideração à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG) e, até hoje, não obteve respostas.

"Um dia passamos por uma propaganda da Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina) que dizia 'processo seletivo simplificado', e pensamos: por que não tentar?", con-

ta João Evangelista, pai de Thiago. A família encaminhou para a universidade o histórico escolar do rapaz, que foi aprovado no curso de Agronomia no campus de Tubarão.

Após a aprovação, os pais conversaram com a coordenadora do curso para explicar a situação do Thiago. Com a auxílio do Programa de Acessibilidade da Unisul, selecionaram uma bolsista, que depois de aprender a se comunicar com o rapaz, passou a auxiliá-lo diariamente nos estudos.

Para que não fosse necessário o deslocamento até Tubarão, por enquanto, Thiago faz apenas disciplinas à distância. O pai ressalta que estudar nesta modalidade exige responsabilidade e organização. "Estamos indo devagar e sempre. O Thiago está feliz e ocupado. Por enquanto não temos planos de voltar pra UFSC", diz. (I.D.)

### UFSC

## Ações isoladas que visam à inclusão

### Ambiente de Educação Inclusiva

Atende prioritariamente usuários com deficiência visual, pessoas cegas e com baixa visão. Localizado no piso térreo da Biblioteca Central da UFSC, o ambiente conta com computador com softwares de leitura de tela, lupa eletrônica, lupas manuais, e scanner.

### Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras

É oferecido na modalidade à distância, com duração de quatro anos. O objetivo geral do Curso é formar professores para atuar no ensino da língua de sinais brasileira. Tem como público-alvo Instrutores surdos de Libras, surdos fluentes em língua de sinais – para o curso de Licenciatura –, e ouvintes fluentes em língua de sinais que tenham concluído o ensino médio – para o curso de Bacharelado.

### Laboratório de Cartografia Tátil

Desenvolve mapas táteis destinados a deficientes visuais e pessoas de baixa visão.

Além de promover pesquisas e extensão acadêmica, serve de campo de investigação a trabalhos de conclusão de curso ou de pós-graduação.

### Projeto Sábado no Campus: Esportes Adaptados

Criado em 1996, o projeto dá a oportunidade de pessoas com deficiência vivenciarem práticas paradesportivas, como atletismo, natação, goalball e xadrez, e oportuniza o desenvolvimento de pesquisas e procedimentos para o ensino e treinamento dos esportes adaptados.

### Programa de Educação Tutorial (PET) - Arquitetura e Urbanismo

Promove atividades em acessibilidade e desenho universal. Já teve como objeto de pesquisa o campus da Univali, da UFSC, escolas e hotéis de Florianópolis. Executou projetos de extensão no Colégio de Aplicação da UFSC e atualmente na Fundação de Educação Especial em São José.

Thayse Madella



Mais de 1,4 mil alunos estudam para serem professores da língua brasileira de sinais

## Dinheiro para educação depende de financiamentos de projetos e editais

Em 2003, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) tomou a iniciativa de unir em um grupo pessoas que trabalhassem com deficientes. Através de projetos elaborados por esse grupo, em 2004 e 2005, a UFSC ganhou o edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), da Secretaria de Educação Superior (SESu), criado para financiar programas e projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social. O dinheiro foi usado na compra de softwares de tradução, computadores, laptops, lupas eletrônicas, entre outros equipamentos que foram distribuídos nos setores que fizeram parte do programa.

Em 2006 a universidade recebeu novamente um financiamento, dessa vez através do programa Incluir, desenvolvido em 2005 pelo MEC com o objetivo de promover ações que garantam o acesso e permanência de pessoas

com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior. O atraso na liberação do dinheiro, R\$ 72.430, pela SESu, e a greve dos Servidores Técnicos Administrativos, em 2007, atrasaram as ações do projeto, só concluídas no começo deste ano. Os recursos foram utilizados na aquisição de materiais de consumo para deficientes, o que possibilitou a criação do Ambiente de Educação Inclusiva (AEI), na Biblioteca Central da UFSC (*ver box*).

No edital deste ano a universidade foi novamente beneficiada, dessa vez com R\$ 100 mil. O dinheiro está previsto para ser liberado pelo SESu ainda em setembro. Entre as metas estabelecidas, está a consolidação do Núcleo em Acessibilidade e Inclusão preparado para atender necessidades educacionais de alunos com deficiência. "Pretendemos que a UFSC compreenda que o núcleo é uma ne-

cessidade da universidade como um todo e esperamos que a PREG nos apoie para que ele passe a fazer parte da universidade.", diz Maria Sílvia Carneiro, coordenadora do programa Incluir de 2008 na UFSC.

Um dos pontos importantes da institucionalização do núcleo é a destinação de recursos. "É complicado depender de editais, porque não sabemos até quando o governo federal vai continuar com isso e não temos a garantia de ganhar todo ano" diz Luciano Lazzaris, membro da equipe participante do Incluir de 2006.

Para Carneiro, a maior barreira a ser superada quando se trata de deficientes não é física, e sim comportamental. "As pessoas não entendem que eles também são cidadãos, não entendem a importância de tentar trazê-los para dentro da comunidade", diz a coordenadora do Incluir de 2008. (I.D.)



No Hospital Universitário da UFSC, a gravidez pode ser interrompida até a 12ª semana de gestação. As vítimas de violência sexual não precisam fazer BO, mas devem realizar exames médicos e assinar um termo de responsabilidade

# HU oferece serviço de aborto legal a mulheres da capital

Procedimento autorizado desde 1940 para vítimas que engravidam após estupro é realizado no hospital da UFSC apenas em pacientes que residem em Florianópolis

Criado há dois anos, o serviço de aborto legal do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU-UFSC) faz parte de um protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual. O procedimento, feito através do Sistema Único de Saúde (SUS), é oferecido pelo hospital, porém, apenas para catarinenses que residam em Florianópolis.

Com uma população de 5,8 milhões, metade do sexo feminino, o estado registrou no ano passado 437 atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual. Estima-se que de 1 a 4% delas engravidem, segundo cálculo utilizado pela organização não-governamental internacional Ipas. Embora o aborto legal seja um direito nesses casos, é uma possibilidade somente na capital, mas o HU não atende pacientes do interior do estado. "É um procedimento simples, nós não precisamos ser referência", justifica Leisa Grando, médica da equipe. "Decidimos por não realizar o procedimento em mulheres de outras cidades para forçá-las a criar um serviço de aborto legal", explica a enfermeira responsável pelo serviço no HU, Lígia Dutra. "Não somente o hospital não tem estrutura, como os recursos são municipais". A equipe do ZERO procurou a administração do HU, mas, até o fechamento desta edição, não foi recebida pela diretora, a médica Marisa Coral.

Em Curitiba, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Hospital Evangélico aceitam indiscriminadamente as pacientes grávidas em decorrência do estupro. "O hospital que atende pelo SUS deve seguir o princípio da universalidade. Aqui em Curitiba, já recebemos mulheres até de São Paulo", diz Vera Lídia Oliveira, responsável pelo atendimento às vítimas de violência sexual da Secretaria de Saúde de Curitiba. Dados da Secretaria mostram que, dos abortos realizados nos dois hospitais, apenas 50% são feitos em residentes da capital.

A decisão de restringir o serviço às moradoras de Florianópolis se deu durante a sua implantação, em 2006, pois foi cogitado o excesso na procura do procedimento. Também havia a preocupação com a norma técnica do Ministério da Saúde (MS), de 2005, que autoriza o aborto sem a necessidade de apresentação do boletim de ocorrência (BO) ou laudo do Instituto Médico Legal (IML). "Apesar do receio inicial, o

## Justiça

### O que é permitido na lei brasileira

O aborto é considerado crime contra a vida, de acordo com o decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. A grávida que o consentir e a pessoa que o provocar podem ser punidas com detenção de um a dez anos. Quando praticado por médico, é legalizado em duas condições: se não há outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez foi causada por estupro. O primeiro serviço de aborto legal foi inaugurado em 1989, no Hospital Municipal Dr. Arthur Saboya, em São Paulo. Hoje, existem 43 hospitais que oferecem o atendimento no país.

Se não houver chance de sobrevivência no pós-parto, o caso deve ser levado à

Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, nos dias 26 e 28 de agosto e 4 de setembro, audiência pública para ouvir instituições religiosas, científicas e políticas a respeito da legalização do aborto de anencefálos. Segundo o ministro Marco Aurélio de Mello, o julgamento deverá ocorrer em 2009. Se aprovado, as mulheres não precisarão recorrer à Justiça para interromper a gravidez, ação psicologicamente desgastante e que pode durar meses. Em 1º de julho de 2004, o ministro havia concedido uma liminar que suspendia a criminalização do aborto em caso de anencefalia do feto, mas o documento foi derrubado em 20 de outubro do mesmo ano.

número de abortos nessas situações é muito pequeno", diz o médico Alberto Trapani, chefe do serviço de aborto legal no HU. A medida auxilia as mulheres que não procuram ajuda logo após o estupro, pois a cada registro em delegacia, existem de dez a 12 casos não denunciados. Nessas situações, a paciente deve realizar exames médicos e assinar um termo de responsabilidade declarando estar ciente de que pode ser presa por crime de falsidade ideológica. Até abril de 2007, sete interrupções de gravidez decorrentes de estupro foram realizadas na unidade.

A implantação do serviço de aborto legal depende da iniciativa de cada hospital e da aceitação dos profissio-

nais envolvidos. Segundo o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina, o médico está isento de realizar um procedimento que vá contra sua posição pessoal, podendo alegar "objeção de consciência". "O profissional pode se recusar, porém se o hospital oferece o serviço, alguém terá de fazer", explica Simone Lolatto, assistente social com mestrado sobre o tema. Para a coordenadora do Setor de Atenção Básica da Secretaria Estadual de Saúde, Maria Arlene Pagani, o direito da mulher encontra barreira na objeção de consciência. "Através de palestras, tentamos conscientizar os profissionais da importância da criação do serviço de aborto legal nas suas cidades, porém a

iniciativa ainda depende da posição do médico", diz.

## Protocolo

Santa Catarina foi o último estado da região Sul a ter serviço de aborto legal, embora Florianópolis seja referência nacional no trato às vítimas de violência sexual. Prefeitura, hospitais, IML e ONGs uniram-se em torno da Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual (Raivvs), em 2001, após o Ministério da Saúde orientar a criação de uma assistência especializada. O documento do MS *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes* levou à elaboração de um protocolo local que guia cada profissional incluído. Desde então, 586 mulheres foram atendidas na capital.

Segundo a orientação, os procedimentos devem ser centralizados em um mesmo lugar. Treze unidades de saúde do estado utilizam protocolos (ver mapa). O IML é chamado ao hospital, onde a paciente é atendida pela equipe médica e assistida por psicólogos e pelo serviço social. "O que fazemos é evitar a revitimização da mulher. Ela sofre cada vez que passa por um local e tem que repetir a história e exames evasivos", diz a enfermeira Lígia Dutra. A paciente recebe um kit de profilaxia com medicamentos contraceptivos de emergência e de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. A cada mês, duas mulheres violentadas, em média, chegam ao HU. No primeiro semestre de 2008 foram registrados 19 casos.

Juliana Sakae

## Monografia indica desinformação dos próprios docentes

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizada em 2006, a pedido da entidade Católica pelo Direito de Decidir, indicou que 48% dos brasileiros ignoram as situações em que o aborto pode ser feito legalmente. Perguntados sobre o nome dos hospitais que realizam aborto legal em seus municípios, 95% dos entrevistados disseram que não sabiam, não opinaram ou responderam que nenhum hospital poderia realizar o procedimento.

Há dúvidas e desconhecimento até mesmo entre os médicos, é o que aponta a monografia de Simone da Cunha Heineck, formada em medicina na UFSC no primeiro semestre de 2008. O trabalho *Percepções dos docentes ginecologistas/obstetras da UFSC sobre interrupção legal da gravidez* apresenta entrevistas com dez dos 12 professores do Departamento de Tocoginecologia da instituição e constata que metade não sabe da existência do procedimento no HU e outros dois têm pouca informação de como funciona.

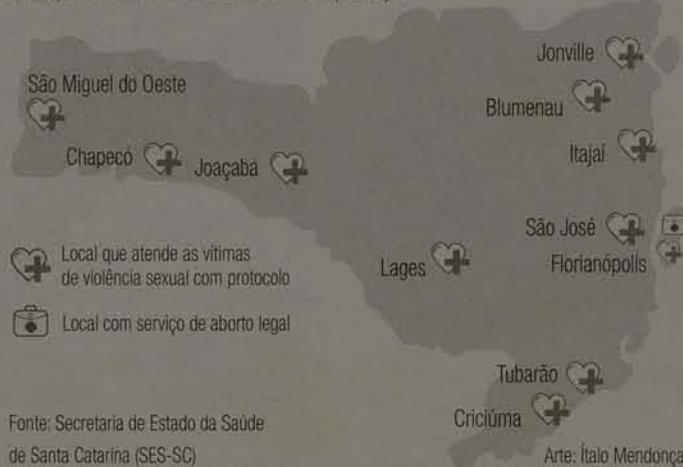
Questionados sobre a conduta ao receber uma paciente grávida em consequência de estupro, quatro entrevistados respondem que a encaminhariam para a delegacia e três acreditam ser necessária autorização judicial para o aborto. Apenas um diz que a direcionaria para um atendimento especializado multidisciplinar, como orienta o protocolo de Florianópolis. A interrupção da gravidez nesses casos é um direito da mulher e pode ser realizada sem apresentação do BO, mediante exames médicos e assinatura de termos de responsabilidade.

O desconhecimento dos professores problematiza o ensino sobre o tema na Universidade. Deles, 70% concorda que a abordagem deve ser mais aprofundada em sala de aula, mas questionados sobre a divulgação do serviço de aborto legal, metade acredita que as mulheres iriam procurar o serviço inadequadamente.

O trabalho também demonstra que existe discriminação no atendimento. Três dos médicos dizem duvidar da declaração da vítima, já constrangida pela violência sexual e pela gravidez. Um deles utiliza a expressão "estupro quase que permitido", quando afirma que a mulher é geralmente provocadora do ato. A maior parte dos entrevistados concorda com a falta de preparação no atendimento. O acesso ao procedimento, porém, depende do profissional, como conclui Heineck: "O poder médico interdita ou referenda a prática do abortamento, facilitando ou criando impedimentos de acordo com o caso apresentado". (J.S.)

## Locais de atendimento

Onze cidades e 13 hospitais de Santa Catarina recebem vítimas de violência sexual através de protocolos de atenção, baseados no de Florianópolis. Canoinhas, no norte do estado, possui um guia, mas ainda está sem unidade de saúde com o serviço. Mais dez municípios têm documentos em fase de implantação.



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES-SC)

Arte: Ítalo Mendonça

## Florianópolis

- ☑ Hospital Universitário da UFSC
- ☑ Maternidade Carmela Dutra
- ☑ Hospital Infantil Joana de Gusmão

## Criciúma

- ☑ Hospital Santa Catarina

## Itajaí

- ☑ Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen

## Tubarão

- ☑ Hospital Nossa Senhora da Conceição

## Joinville

- ☑ Maternidade Darcy Vargas

## Blumenau

- ☑ Hospital Santo Antônio

## São Miguel do Oeste

- ☑ Hospital Missen

## Chapecó

- ☑ Hospital Regional do Oeste

## São José

- ☑ Hospital Regional de São José

## Lages

- ☑ Hospital e Maternidade Teresa Ramos

## Joaçaba

- ☑ Hospital e Maternidade Santa Terezinha

Para quem participa, não é apenas um jogo. Os simuladores, aliados a um bom computador e conexão de alta velocidade à internet, proporcionam uma experiência muito parecida com a de uma corrida real



# Automobilismo na tela do computador

Apaixonados pela velocidade encontram nos simuladores online a emoção e a competitividade das corridas

Laura Daudén

Não é verdade que o piloto Lewis Hamilton tenha vencido o GP do Canadá, na cidade de Montreal, sem sequer conhecer a pista. Ele nunca estivera lá antes, mas deu mais de mil voltas no circuito com o simulador da McLaren. O mesmo aconteceu em Indianápolis: a prática virtual levou-o novamente à vitória.

O inglês é, atualmente, o ídolo de Gabriel Bechtold – estudante de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de 24 anos. No guarda-roupas, a camisa oficial que Hamilton usa por baixo do macacão; na parede, a foto do Ômega com o qual correu no Campeonato Catarinense de Velocidade na Terra. Com o apoio financeiro do pai, ex-campeão brasileiro e ainda em atividade, Gabriel conseguiu participar de algumas etapas da competição, mas o custo do esporte é elevado, de R\$ 3 a 8 mil por etapa. Assim, Gabriel e centenas de apaixonados pelo automobilismo descobriram uma alternativa no mundo virtual.

Para quem participa, não é apenas um jogo. Simuladores como GTR2, rFactor, Race07 e iRacing, aliados a um bom computador, internet rápida e um volante com *forceback* – que simula a força da direção em um carro de verdade – proporcionam uma experiência muito parecida com a real. Para competir online, é necessário um investimento inicial nesses equipamentos e softwares. O volante mais completo da Logitech, o G25, custa cerca de R\$ 1 mil. Existe uma versão mais simples da mesma marca por R\$ 300 e outros produtos na média de R\$ 100. O preço dos jogos varia entre US\$ 30 e US\$ 40, na compra por *download*



ou em CD.

Com a facilidade de jogar a partir de casa, surgiram ligas brasileiras para cada simulador. Em 2005, Marcelo Pinto, Marcelo Melo e Humberto Zumba decidiram formar uma liga de rFactor. O jogo, com opções para a criação de carros e pistas, foi uma inovação. Em dezembro a rFactor Brasil completa três anos e a última temporada contou com o patrocínio da Samsung, que premiou os vencedores com produtos de informática da marca.

Paulo Kareka, que entrou na rFactor Brasil como piloto e logo passou a fazer parte da diretoria, acredita que a popularização da internet rápida é a grande responsável pelo crescimento do esporte. A motivação dos participantes vem por conta do “sonho de ser piloto”, que atinge estudantes de 20 anos a pais de família de 60. Mas, além do desejo de correr, é preciso ter noções de mecânica e pilotagem e tempo disponível para se dedicar.

Antes de uma corrida é preciso treinar, calcular o número de paradas no box e preparar o carro, regulando pneus, amortecedores, rodas e eixos. No decorrer da prova, é possível consertar nos boxes falhas e estragos menores provenientes de acidentes – mas algumas batidas podem tirar o piloto da competição. Mesmo assim, diferente do automobilismo real, o carro volta para a corrida seguinte em perfeito estado – sem custos nem tempo de reparo.

## Regras do jogo

Às 17h do dia 19 de agosto, Gabriel iniciou a preparação no circuito oval de Curitiba, para a última corrida da temporada de sua categoria na rFactor Brasil. No horário marcado, 22h, os pilotos começaram a entrar na sala de reuniões – através de um sistema



Os campeonatos de automobilismo virtual já têm transmissão ao vivo, além de coletâneas dos melhores momentos gravados em DVD

de áudio-conferência – para ouvir as instruções do diretor de prova, Paulo Kareka. Depois de alertar sobre obstáculos colocados na pista e aconselhar os pilotos para que “antes de pensar no prêmio, pensem na amizade”, o diretor libera a pista para as voltas classificatórias que definirão a *pole position*.

Diferente de um videogame, não é permitido desrespeitar os outros pilotos na corrida ou causar acidentes. É preciso seguir as regras de conduta e até da pintura do veículo, ou o jogador pode sofrer punições. Tudo corre como em uma prova real, mas o desaparecimento repentino de alguns pilotos é exclusivo do ambiente virtual: quedas de energia elétrica ou da conexão com a internet tiram qualquer jogador da disputa. No fim da prova, começam as discussões entre os pilotos via MSN – o bate-papo

se estende até a madrugada. É possível rever os momentos da corrida, que é transmitida ao vivo e gravada.

Pedro Gallopin, 21 anos, trabalha oito horas por dia e à noite estuda Sistemas de Informação na UFSC. Antenado em jogos de computador, ele descobriu os simuladores em 2005 e, com o dinheiro de estágios, comprou o equipamento necessário no ano seguinte. O problema agora é ter tempo para correr. Essa não é sua prioridade – ele prefere sair com os amigos –, mas usa suas horas livres para treinar, o que é também uma diversão.

O esporte é mais que um hobby, contando inclusive com competições mundiais. O V-WTCC é a versão virtual do Campeonato Mundial de Carros de Turismo e acontece paralelamente ao evento real (*ver infográfico*). Gabriel se

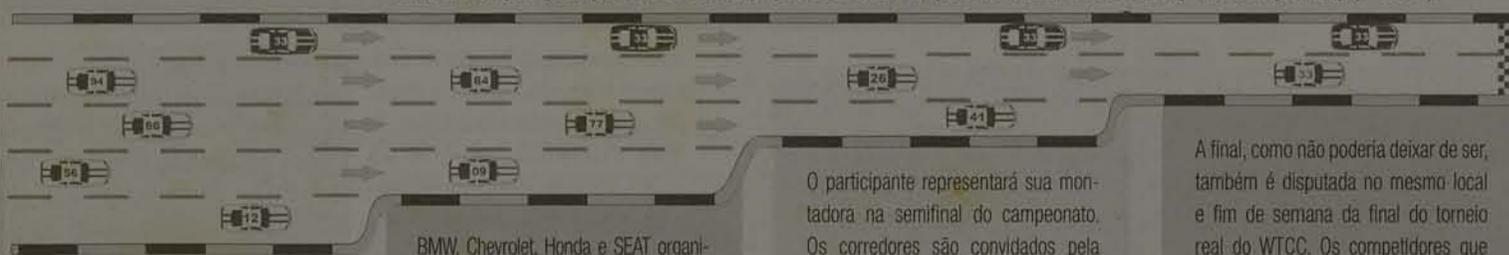
classificou para a semi-final de Valencia, na Espanha, após a desistência de um competidor. Por problemas com o passaporte, não pôde viajar, mas ele chegou a aparecer em um programa norte-americano transmitido pela internet.

Para quem começou jogando no teclado, Gabriel é hoje completamente envolvido com o esporte. Ele pôde inclusive comprovar o treinamento real que os simuladores proporcionam. Após ficar longe das pistas de verdade, foi dar umas voltas com o pai no circuito de Lontras, no interior de Santa Catarina. Mostrou que não estava enferrujado; mas seu pai, um ex-campeão, que já jogou nos simuladores, não acredita nessas coisas. Ele não é da geração virtual.

Carolina Faller Moura

## A competição

Confira as etapas que o piloto deve enfrentar para se tornar campeão do Virtual World Touring Car Championship (V-WTCC):



BMW, Chevrolet, Honda e SEAT organizam suas seletivas individualmente, para definir os melhores competidores. A pista utilizada é a mesma da etapa anterior, mas agora os pilotos de cada montadora disputam entre si as quatro primeiras posições em uma corrida completa. Até esta fase, corre-se em casa.

O participante representará sua montadora na semifinal do campeonato. Os corredores são convidados pela organização a se encontrar no mesmo local e data da corrida real do WTCC, com todos os custos pagos. Eles jogam em *cockpits* montados especialmente para esta fase. Ao todo, são cinco semifinais: Valencia, Brno, Anderstorp, Oschersleben e Brands Hatch.

A final, como não poderia deixar de ser, também é disputada no mesmo local e fim de semana da final do torneio real do WTCC. Os competidores que subiram ao pódio na fase anterior são convocados a participar da disputa do Grande Prêmio de Monza, na Itália. Para o vencedor, um carro de luxo da Chevrolet, e para os demais, prêmios em dinheiro, além da glória e da fama no mundo virtual.

## Saiba mais

Sites de ligas e jogos para explorar e participar do automobilismo virtual:

**rFactor Brasil** - Campeonato de nível nacional, com diversas categorias  
<http://www.rfactor.com.br>

**iRacing** - Com uma mensalidade de US\$ 20 é possível jogar a qualquer hora.  
<http://www.iracing.com> (*em inglês*)

**V-WTCC** - Versão virtual do Campeonato Mundial de Carros de Turismo  
<http://www.v-wtcc.com> (*em inglês*)

**Race07** - Simulador usado no V-WTCC  
<http://www.race-game.org/race07> (*em inglês*)

ZERO



Feirante e camponês: dia de feira no centro, dia de roça em casa. Todo dia, o dia todo

# Um dia de feira

Comerciante enfrenta jornada de trabalho de até 18 horas, mais os afazeres no sítio

Às 3h de uma sexta-feira, Valério Koerich chega ao Largo da Alfândega, no centro de Florianópolis, para montar a barraca e começar mais um dia de feira livre. Koerich, um dos 123 feirantes da ilha, vem acompanhado da mulher Maria Gorete, dos sogros Adelar Gelsleister e Maria Mannes, e do cunhado José Carlos.

Koerich e a família vendem seus produtos às terças e sextas na maior feira da ilha. Composta por 51 comerciantes, a feira do Largo da Alfândega é a única, das 69 existentes, a funcionar o dia todo.

A maioria das frutas, verduras e cereais é trazida do sítio e residência da família, localizado em Antônio Carlos, município da Grande Florianópolis que fica a 32km da capital. Os produtos não cultivados na propriedade são comprados na Ceasa, em São José, por volta das 4h.



O feirante paga à Secretaria de Urbanismo e Serviço Público (Susp) R\$ 34 mensais em taxas de licença para comércio ambulante e para uso de local público. Outra taxa inclusa no valor é a de coleta de resíduos sólidos: depois das feiras, a Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) é encarregada da limpeza das ruas e calçadas.



Num dia de feira movimentada, a família fatura pouco mais de R\$ 1 mil, o que totaliza aproximadamente R\$ 8 mil por mês.



Realizadas em 22 bairros da ilha, as feiras livres são regulamentadas pela Lei Municipal 2.496, de 1986. A prefeitura concede alvará aos feirantes mediante entrega de cópias de atestado de saúde, comprovante de residência, CPF e RG e o croqui do local pretendido.



O que não é vendido, Koerich leva para alimentar os animais que cria no sítio, e produtos como tomate e cebola podem voltar para o próximo dia de feira. Às 19h, a família recolhe a barraca e os alimentos restantes de volta ao caminhão, chegando ao fim de uma jornada de 18 horas de trabalho.

Reportagem: Cora Ribeiro Fotografia: Thiago Bora Texto: Daniela Cucolicchio